



Anais da Assembléia

N. 37

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 09 DE MAIO DE 1988

ANO XIV

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 29.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 09 DE MAIO DE 1.988
SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados José Rogério Carvalho e Valderi Mendes Vilela.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Germote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielise Crisóstomo, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (47). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Lindolfo Júnior, David Cheriegate, Domingos Scarpellini, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti e Rafael Greca (06). Achando-se em licença o Senhor Deputado Cândido Bastos (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Esta Presidência registra a presença de 23 (vinte e três) Senhores Deputados. Declaro aberta a sessão e o Senhor 2.^o Secretário passará à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA (Pela Ordem) - Considerando que existem em plenário, na realidade, apenas três, cinco Deputados,

seis com o Deputado Caíto Quintana, sete com o Deputado Nereu Massignan, eu solicito o encerramento da sessão por falta de "quorum" legal para a abertura da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai proceder "ex-officio" à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Eu declino, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Declinando, o Senhor 2.^o Secretário passará à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Não, Senhor Presidente. Eu declinei da chamada nominal. Foi Vossa Excelência quem decretou "ex officio".

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência não pode declinar de uma decisão da Mesa. A chamada nominal far-se-á através do Senhor 1.^o Secretário.

(É feita a chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. EDMAR LUIZ COSTA (Pela Ordem) - Considerando que já existe número suficiente para abertura da sessão, eu requeiro que Vossa Excelência seja benevolente e dispense a chamada nominal "ex officio".

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Dispensada a chamada nominal "ex-officio".

O Senhor 2.^o Secretário passará à leitura da Ata da sessão anterior.

É lida e aprovada a ata da sessão anterior.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Os abaixo-assinados, Deputados Estaduais, membros da Comissão de Defesa ao Consumidor, no uso de suas atribuições regimentais, vem pelo presente indicar o Deputado Paulo Furiatti, para Presidente da referida Comissão.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(aa) HAROLDO RODRIGUES FERREIRA,

JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO,

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, PAULO FURIATTI,
PAULINO JOSÉ DELAZERI, ANTÔNIO BÁRBARA,

IRONDI PUGLIESI, JOSÉ AFONSO JÚNIOR,
LAURO LOBO ALCANTARA,
NEREU CARLOS MASSIGNAN e ALGACI TÚLIO

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Nós, Deputados abaixo-assinados, pelo presente indicamos o Deputado Sabino Campos para assumir a Presidência da Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa do Paraná e para vice-Presidente, Dirceu Manfrinato.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(aa) PAULO FURIATTI,

ANTÔNIO COSTENARO NETO,

DOMINGOS SCARPELLINI, ORLANDO PESSUTI,

DIRCEU MANFRINATO, SABINO CAMPOS e

VALDERI MENDES VILELA

MEMBROS EFETIVOS DA
COMISSÃO DE AGRICULTURA

SABINO CAMPOS

DOMINGOS SCARPELLINI

ORLANDO PESSUTI

PAULO FURIATTI

DIRCEU MANFRINATO

ANTÔNIO COSTENARO NETO

Ofício nº 002/88 - CTC

Curitiba, 09 de maio de 1988.

Senhor Presidente.

Tenho a elevada honra de comunicar a Vossa Excelência, que, em data de 03 de maio, próximo passado, foi instalada a Comissão de Tomada de Contas, para a qual, por especial deferência de meus ilustres Pares, fui eleito e empossado para a Presidência da mesma, cabendo a vice-Presidência ao nobre Deputado Antônio Belinati.

Outrossim, informo a Vossa Excelência, que indiquei a funcionária Maria Regina Subtil, para desempenhar as funções de Secretária da Comissão.

Na oportunidade, externo a Vossa Excelência meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) HERMAS BRANDÃO

Presidente da Comissão de Tomada de Contas

CONVOCAÇÃO

Nos termos do Artigo 40, Parágrafo Único do Regimento Interno desta Casa, CONVOCO, os Senhores Deputados membros desta comissão de tomada de contas, para uma reunião a ser realizada no dia 03 (três) de maio do corrente ano, na Sala de Reunião das Comissões, às 10:00 (dez) horas, com o fim específico de sua instalação e eleição de seu Presidente e Vice-Presidente.

Curitiba, 02 de maio de 1988.

Deputado WERNER WANDERER

Deputados:

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

(a) SABINO CAMPOS

(a) PIRAJÁ FERREIRA

(a) ANTÔNIO BELINATI

(a) HERMAS BRANDÃO

(a) NILTON BARBOSA

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

2. SESSÃO LEGISLATIVA - 11. LEGISLATURA
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos três dias do mês de maio de mil novecentos e oitenta e oito, às dez horas, na Sala de Reunião das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniram-se os Senhores Deputados Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Hermas Brandão, Nilton Barbosa, Tadeu Lúcio Machado, Sabino Campos e Antônio Belinati, membros efetivos da Comissão de Tomada de Contas, indicados pelas Lideranças do Partido da Frente Liberal, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro e do Partido Democrático Trabalhista, respectivamente, para a instalação eleição do Presidente e Vice-Presidente da citada comissão. Havendo número legal e de acordo com o regimento Interno, assumiu a Presidência o Senhor Deputado Werner Wanderer. Procedida a votação, foram eleitos por unanimidade, os Senhores Deputados Hermas Brandão para Presidente e Antônio Belinati para Vice-Presidente. O Presidente eleito, usando da palavra agradeceu em seu nome e do Vice-Presidente, a confiança depositada pelos seus nobres Pares e deixou estabelecido que as reuniões da Comissão serão condicionadas a existência de matérias. Na oportunidade, indicou a funcionária Maria Regina Subtil, para secretariar a citada Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos e para produzir os efeitos legais laurei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senhores Membros e por mim, Maria Regina Subtil, que secretariei a presente reunião.

(a) DEPUTADO HERMAS BRANDÃO

Presidente

MARIA REGINA SUBTIL

Secretária

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 869

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam colocados em Regime de Urgência os Projetos de Lei nº 107 e 108/88, que declara de Utilidade Pública a Assistência Social Evangélica Bom Pastor, do Município de Campo Mourão e Assistência Social Evangélica de Cascavel-PR. Protocolados sob os nº 2950 e 2949/88, respectivamente.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) JOSÉ FELINTO

Apoiamto: Sabino Campos, Dirceu Manfrinato, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara e Acyr Mezzadri.

REQUERIMENTO N° 847

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, Regime de Urgência, para o Projeto de Lei n° 117/88, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 64/88), que objetivava doar ao Município de Curitiba área de terra, com aproximadamente 60.000m² situada no bairro do Tarumã, nesta Capital, destacada de área maior de propriedade da FASPAR, conforme a transcrição de n° 32.747, do livro 3/M, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba, de acordo com o disposto pelo Art. 105 do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO N° 839

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, em pleno uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto e Lei n° 197/88, que obriga o Poder Executivo, a determinar o órgão competente a colocar grades ou redes protetoras nas laterais do "Ferry Boat", pelas quais é feito o acesso ao mesmo, para a travessia de Caiobá a Guaratuba.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO N° 835

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 102/88, que declara de Utilidade Pública a Cooperativa Brasil de Transportes.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) ACYR MEZZADRI

REQUERIMENTO N° 803

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência para os Projetos e Lei n° 103, 104 e 105/88.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 859

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário na forma do Art. 108 do Regimento Interno, a inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei n° 042/88, de minha autoria que "concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná a MATHIAS LEH", o qual tramita em Regime de Urgência, conforme requerimento já aprovado por este Plenário.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO N° 841

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a dispensa de discussão e votação da Redação Final, para os projetos constantes da Ordem do Dia da sessão de hoje, e, que não tenham sofrido emendas ao longo de suas tramitações, de acordo com o disposto no § único do art. 58, do Regimento Interno, acrescido pela Resolução n° 116/86.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO N. 834

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, uma CPI para apurar as irregularidades nas Universidades Estaduais, iniciando pela Universidade de Londrina.

Sala das Sessões, em 03.05.88.

(a) JOSÉ FELINTO

Apoiamto:

Acyr Mezzadri, Haroldo Rodrigues Pereira, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela, Antônio Bárbara, Domingos Scarpellini, Nelson Vasconcellos, Tadeu Lúcio Machado, Algaci Túlio, Paulo Friatti, Cândido Bastos, Amélia Hruschka, Hermas Brandão, Antônio Costenaro Neto, Pedro Tonelli, Edmar Luiz Costa, Djalma de Almeida Cesar, Homero Oguido, Lauro Lobo Alcantara, Anibal Khury, Antônio Belinati, Luiz Alberto Oliveira, Nereu Carlos Massignan, Dirceu Manfrinato, Alexandre Ceranto, Artagão Mattos Leão, Rafael Greca, Luiz Carlos Alborghetti, Vera Agibert e Pirajá Ferreira.

REQUERIMENTO N. 798

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que a Mesa Executiva desta Assembleia Legislativa, reserve o horário do expediente (das Lideranças) na sessão do próximo dia 12 de maio, tendo em vista a decretação do feriado nacional no dia seguinte, para homenagear a comunidade negra, que tanto tem

contribuído, desde a época da nefasta escravidão, para o desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil.

Outrossim, aprovado este requerimento, fica a critério das lideranças a indicação de oradores para representar esta Casa na oportunidade e ao Cerimonial a sugestão do estudo da possibilidade de convidar representantes ou entidades que congregam a raça negra em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

Esta proposição fundamenta-se no fato de que a comunidade negra está na raiz desta Nação e que somente sua valorização e reconhecimento pelo seu trabalho trará paz à consciência de todos os brasileiros. Esta homenagem independente das chamadas "comemorações" alusivas ao centenário da Abolição da Escravatura no Brasil, pois a raça negra merece o louvor diário, visa a chamar a atenção dos Senhores Parlamentares e de toda a comunidade para a discriminação ainda existente. A abolição somente será consolidada à medida em que se oferecerem aos negros condições de igualdade com as demais raças que compõem a população brasileira.

REQUERIMENTO N. 817

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a realização de um seminário sobre os "reflexos na economia paranaense de acordo bilateral Brasil-Argentina, e os protocolos dele resultantes.

Além de outros aspectos que poderão ser levantados na oportunidade, há evidências de serem afetadas áreas de importância produtiva, como as da maçã e do trigo, como se vê no abalizado artigo "SOS da Triticultura", de autoria do eminente Professor, ex-Deputado Federal e Economista Luiz Antônio Fayet.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) EZEQUIAS LOSSO

Apoio: José Afonso Júnior.

REQUERIMENTO N. 819

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, respeitosamente, REQUER, licença desta Casa, para viajar ao exterior em companhia do Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, Deputado Rubens Bueno, para visitar a Universidade do Trabalho da Venezuela.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO N. 786

Senhor Presidente.

O Deputado Rafael Greca, Líder da Câmara do PDT - Partido Democrático Trabalhista - propõe a manutenção da mesma representação dos Deputados do Partido nas Comissões Permanentes da Casa.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) RAFAEL GRECA

REQUERIMENTO N. 825

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, preferência de discussão e votação, para o Projeto de Lei n. 74/88, de autoria do Poder Executivo, que trata do controle administrativo-financeiro das instituições de ensino superior, conforme e através dos órgãos que especifica, de acordo com o disposto pelo Art. 100 do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

REQUERIMENTO N. 826

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o encerramento da discussão do Projeto de Lei n. 74/88, de autoria do Poder Executivo, que trata do controle administrativo-financeiro das instituições de ensino superior, com fundamento no disposto pelo inciso III, §º do Art. 156, do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

REQUERIMENTO N. 830

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o cancelamento do Regime de Urgência do Projeto de Lei Complementar n. 167/85, de autoria do Deputado Anibal Khury.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

REQUERIMENTO N. 742

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a retirada da Ordem do Dia por 20 sessões, do projeto de Lei Complementar n. 167/85, de autoria do Deputado Anibal Khury.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

REQUERIMENTO N. 821

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

após ouvido o Douto Plenário, respeitosa-
mente REQUER à Mesa, as notas taquigráfi-
cas dos pronunciamentos dos Senhores Depu-
tados Algaci Túlio e Rafael Greca de Mace-
do, relacionados a prisão das pessoas que
lesaram a PROMOPAR; parece-me terem sido
eles advogados daqueles que assaltaram o
dinheiro público da mencionada entidade.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) JOSÉ FELINTO.

REQUERIMENTO N° 814

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER,
após ouvido o Plenário, seja enviado um
voto de pesar à família do Pastor José Pe-
dro Martins, da Igreja Assembléia de Deus
de Matinhos- Pr, ocorrido nesta data.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) JOSÉ FELINTO.

REQUERIMENTO N° 804

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,
no uso de suas atribuições regimentais,
REQUER, após ouvido o Plenário, seja inse-
rido em Ata da presente sessão, voto de
profundo pesar pelo passamento do Senhor
Adilson Luiz Carneiro Baggio, ocorrido em
data de 03 de maio em curso, na cidade de
Ponta Grossa.

Pertencente a tradicional família de
Ponta Grossa, o extinto tinha 49 anos e
era casado com Dona Raquel Maria Correia
Baggio, deixando os seguintes filhos: Jean
Carlos, Cristina, Ana Carolina e Paulo
Gustavo, todos menores.

Seu prematuro passamento veio abalar
de forma profunda a sociedade pontagros-
sense, onde gozava do mais elevado concei-
to e à qual prestou relevantes serviços,
como profissional na condição de Bioquími-
co, além de atividades outras desenvolvi-
das no Serviço Público Municipal, tendo
sido chefe de Gabinete da Prefeitura de
Ponta Grossa.

Contudo, sua contribuição maior, deu-
-se pela dedicação e seriedade com que mi-
litou junto a política local, deixando,
assim, marcas profundas do seu trabalho
profícuo e honroso em nome daquela comuni-
dade.

Requer, ainda, seja dada ciência à fa-
mília enlutada.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) DJALMA DE AMEIDA CÉSAR.

REQUERIMENTO N° 805

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,
no uso de suas atribuições regimentais,
REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o
envio de votos de profundo pesar, pelo fa-
lecimento do Senhor Francisco Ferreira,
ocorrido em 24.04.88.

Requer, ainda, que do presente se dê
ciência à esposa do falecido, Senhora Mar-
garida Lucas Ferreira, no seguinte endere-
ço: Rua Alagoas, 1385- 86-870- Ivaiporã-
-Pr.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO N° 806

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,
no uso de suas atribuições regimentais,
REQUER o envio de votos de profundo pesar
pelo falecimento do Senhor José Brand,
ocorrido em 28 de abril de 1988.

Requer, ainda, que do presente se dê
ciência à esposa do falecido, Senhora Ce-
lestina Back Brand, residente em Rio Azul
Sabugueiro, 86.870- Ivaiporã- Pr.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO N° 813

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso de
suas atribuições regimentais e com base no
art. 134, § 1°, inciso IV do Regimento In-
terno, REQUER, após ouvido o Egrégio Ple-
nário, seja inserido na Ata dos trabalhos
de hoje, um voto de pesar pelo falecimento
do Senhor Adilson Carneiro Baggio, ocorri-
do no dia 03 do corrente mês, na cidade de
Ponta Grossa- Pr.

O extinto tinha 49 anos e deixa viúva
a Senhora Raquel Correia Baggio e 4 fi-
lhos: Jean Carlos, Cristiane, Ana Caroline
e Paulo Gustavo.

Pessoa das mais participativas nos
meios políticos pontagrossenses, foi ele o
primeiro Chefe de Gabinete do Prefeito Ot-
to Cunha. Atualmente era bioquímico da
Secretaria Municipal da Saúde.

Dono de uma personalidade altruísta,
primando pela honestidade, sua atuação
ativa e irrequiesta em muito contribuiu à
causa pública, angariando vasto círculo de
amizades pela sua grandeza de coração.

Seu prematuro passamento deixa uma
grande lacuna, entristecendo os corações
dos seus parentes e amigos, cuja lembrança
guardarão com imenso carinho.

Requeiro, que cópia deste expediente
seja encaminhada à família enlutada.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

REQUERIMENTO N° 818

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,
no uso de suas atribuições regimentais,
REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto
de profundo pesar, pelo falecimento do Se-
nhor Adilson Baggio, falecido no dia 03 de
maio próximo-passado, na cidade de Ponta
Grossa- Pr, vítima de enfarte.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) EDUARDO BAGGIO.

JUSTIFICATIVA:

Nosso pedido encontra respaldo na circunstância de ser o Senhor Adilson Baggio, uma irreparável perda para aqueles que o conheciam e admiravam, não só como ser humano, mas, também, como profissional bioquímico.

Ponta Grossa e o Paraná perdem um grande paranaense.

Requer, ainda, que do presente seja dada ciência a todos os seus familiares.

Endereço: Rua Augusto Ribas, 405- Ponta Grossa- Pr.

REQUERIMENTO N° 829

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Hermínia Bogus, ocorrido em data de 08 de abril de 1988, na cidade de União da Vitória.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) ANTONIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 86 anos, faleceu no último dia 08 de abril a Senhora Hermínia Bogus, viúva do saudoso Jacob Bogus.

A extinta era membro de tradicional família da cidade de União da Vitória.

Deixando 08 filhas, 29 netos e um tataraneto, o passamento da Senhora Hermínia veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de todo o seu grande círculo de amigos.

O desaparecimento da Senhora Hermínia deixou um grande vazio na cidade de União da Vitória, onde gozava de grande estima. Extinguiu-se na terra para germinar no céu, e como lírio florescer eternamente diante de Deus.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquela que soube conquistar a nossa amizade.

O destino privou seus familiares do convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos, sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de sua serva.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, sente-se no dever de associar-se à dor que abalou a família Bogus, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 776

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado voto de congratulações e aplausos ao funcionário Wilmar José Gouveia, pela participação nos jogos dos 4° JOGOS REGIONAIS SUL-BRASILEIROS, em Porto Alegre, competição exclusiva para deficientes físicos.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

JUSTIFICATIVA:

O funcionário desta Casa, Wilmar José Gouveia, operador de Telex, foi destaque nos Jogos Regionais Sul-Brasileiros, no final do mês de abril, pertencendo à equipe paranaense que obteve 1° lugar na classificação geral, e principalmente como campeão em natação. Wilmar José Gouveia, nas 5 categorias em que participou, conseguiu a melhor colocação em todas elas. Merece esta homenagem não apenas como reconhecimento, mas, também, como estímulo, pois, trata-se de um atleta em destaque no tênis e natação que não mede esforços em suas metas esportivas.

REQUERIMENTO N° 864

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Douto Plenário a formulação de votos de congratulações à Professora Neusa Carmem Araújo, pela sua escolha como Mãe Universitária do Ano.

Lecionando na Escola Estadual "Dona Carola", a Professora Neusa C. Araújo, mãe de sete filhos, foi eleita, na semana passada, pelo Movimento Universitário Cristão, como Mãe Universitária do Ano.

Muito diálogo, amor, compreensão e ternura são os artifícios usados pela Professora no trato com os seus filhos e, enfim, com todos os jovens, numa demonstração de que estabelecendo-se uma relação de amizade e respeito tanto no contato familiar como no convívio social, torna-se a convivência mais fácil e proveitosa, vencendo-se as barreiras impostas pelas diferenças etárias.

Através deste, o Poder Legislativo do Paraná externa seus elevados cumprimentos à Professora supra mencionada, como tributo de reconhecimento pela elogiável ação que vem desenvolvendo, dando raro exemplo de diálogo na busca de soluções dos mais variados problemas, dentre eles, os da juventude.

Que da decisão da Casa se dê ciência à homenageada, na Escola Estadual Dona Carola, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 865

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas prerrogativas parlamentares e tendo em vista o que lhe assegura o Estatuto deste Poder, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a formulação de votos de congratulações ao Conselho Comunitário de Defesa dos Direitos Infante-Juvenis, pela realização do seminário "O Jovem Projeta o Futuro".

Numa atitude pioneira, o conselho, entidade pública formada por pessoas da comunidade e por órgãos governamentais que trabalham com os menores, realizou nesta Capital um evento tendo como foco principal de discussão e debate, o jovem e a criança, nos seus mais diversos aspectos.

Tendo como objetivo maior ouvir os jovens para elaborar os planos de trabalho a partir de sua visão própria e da situação em que vive, as conclusões e todo o material recolhido ao fim do debate deverão ser estudados nas instituições onde estão os jovens que participaram da reunião, para que seja definida uma linha de trabalho conjunto.

Que da decisão desta Casa se dê ciência aos homenageados, na pessoa da Presidente do Conselho Comunitário de Defesa dos Direitos Infante-Juvenis, D. Lélia Stier.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 867

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a formulação e consagração em Ata dos trabalhos deste Poder, e votos de congratulações e louvor, pelo brilhante trabalho que vem desenvolvendo junto a várias instituições de caridade, para a Senhora Maria Cândida Abrão.

Dona Maria Cândida Abrão, iniciou seus trabalhos de assistência, há 35 anos, quando assumiu a Presidência da LBA de Piraí do Sul, fundou a Maternidade Santo Antônio e Piraí. Em Curitiba, foi tesoureira da Liga das Senhoras Católicas, gestão Nice Braga. Foi Presidente da Santa Rita da Oficina Nossa Senhora das grotas, onde atualmente é Vice-Presidente. Está deixando o Instituto Paranaense dos Cegos onde, por 2 anos, foi Presidente. Vai assumir nos próximos dias a Presidência do Conselho da Copiosa Redenção. (Casa de Recuperação do Drogado).

Pretendemos com o voto proposto, prestar os sinceros cumprimentos do Poder Legislativo do Paraná a Senhora Maria Cândida Abrão, exemplo raro de dedicação e abnegação.

Que da decisão a Casa se dê ciência à homenageada, nesta capital.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 842

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos à Mãe Universitária do Ano, Professora Carmem Neusa de Araújo Kroetz.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à homenageada bem como ao Reverendíssimo Padre Gustavo Pereira.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Não poderia ter sido mais apropriada e justa a escolha da Mãe Universitária do Ano, promoção do Movimento Universitário Cristão, que tem no Padre Gustavo Pereira seu Líder e incentivador. Neste ano foi eleita a professora Carmem Neusa de Araújo Kroetz, a qual, podemos afirmar com plena convicção, é "duas vezes mãe", porque, além do árduo trabalho e educar seus filhos, orientando-os para a vida, tem sido ao longo de sua carreira no magistério a orientadora segura de tantos e tantos jovens.

A sua escolha orgulha também a sociedade de União da Vitória, sua terra natal, pois pertence a uma das mais tradicionais e queridas famílias daquela cidade. É neta da professora Amália, uma das mestras mais destacadas daquela região.

A professora Carmem Neusa tem transmitido não apenas aos seus filhos, mas, igualmente a todos os seus alunos, o conhecimento, a orientação e o carinho, valores fundamentais para a boa formação intelectual e social da nossa juventude; isso tudo a par de ensinamentos cristãos que concorrem para conduzir os jovens em direção aos mais elevados caminhos para o bem servir.

A "Mãe Universitária do Ano" começou sua vida escolar em União da Vitória em 1951. É casada com o professor Lando Kroetz. É mãe de sete filhos: Tarciso (acadêmico de Direito da Universidade Federal do Paraná); Maria Angélica (cursando Engenharia de Computação, na PUC); Jacinta Elisa (cursando Odontologia na PUC) Francis (vestibulanda); José (estudante do Colégio Martinus); Marcelo (também estudante do Martinus); e Ana Paula (Direito na F. Curitiba).

Carmem Neusa de Araújo exerce o magistério na Escola Dona Carola e faz o curso de Mestrado em Turismo, na Universidade de

São Paulo.

REQUERIMENTO N° 797

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulação e aplausos ao Senhor Prefeito de Curitiba, Roberto Requião, pela implantação da Guarda Municipal em nossa Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Senhor Prefeito Roberto Requião.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Sabemos todos nós que a sociedade atual enfrenta os mais diversos problemas, fontes de permanente preocupação.

Um desses é a questão da segurança, que aumenta na proporção em que a cidade cresce. Por isso é louvável toda a iniciativa no sentido de enfrentamento do problema.

No âmbito da Capital, uma dessas iniciativas é a criação da Guarda Municipal, que a Prefeitura de Curitiba está implantando. É mais uma instituição a velar pela segurança da comunidade em especial, e dos próprios municípios em geral.

Será igualmente, mais um serviço de relacionamento do Poder Público com o cidadão, porque aos guardas municipais, não caberá apenas, e tão somente, o policiamento, até porque outras corporações já cuidam deste aspecto e se desincumbem a contento. O Guarda Municipal será, com certeza, mais um servidor público para vigiar, para zelar pela cidade e proporcionar orientação ao público.

A partir daí, temos certeza que novamente Curitiba estará dando um bom exemplo, em termos de administração pública voltada para a comunidade.

REQUERIMENTO N° 796

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao atleta Wilmar José Gouveia, pela participação e conquista de medalhas nos jogos dos 4° Jogos Regionais Sul-Brasileiros, em Porto Alegre, competição exclusiva para deficientes físicos.

REQUER, outrossim, que da decisão da casa, seja dada ciência ao atleta Wilmar José Gouveia.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Wilmar José Gouveia, funcionário desta Casa, exercendo a função de operador de telex, é um dos mais claros exemplos da força de vontade e dedicação. Apesar da deficiência física, pratica esportes com a mais natural desenvoltura, dentro de suas limitações. Tem se destacado no tênis e natação.

No final do mês de abril, participou dos 4° Jogos Regionais Sul-Brasileiros, em Porto Alegre, competição exclusiva para deficientes físicos. A equipe paranaense obteve com brilhantismo o 1° lugar na classificação geral. Também, foi campeão em natação, graças a "performance" de Wilmar José Gouveia, que conquistou cinco medalhas, nas cinco categorias que participou (100m costas 100m peito, 100m crawl, (100m medley). Vale ressaltar que ele conseguiu índices iguais aos exigidos para os Jogos Olímpicos de Seul, estando credenciado para tal, tendo apenas que confirmar esses índices no Seletivo Brasileiro. Suas chances de nos representar em Seul são de 99%, nas modalidades 100m costas e 400m crawl. Além disso, já tem convite para participar de um torneio internacional em Mar Del Plata, Argentina, no mês de fevereiro de 1989.

Pelo esforço e dedicação, mas, sobretudo pelo grande exemplo que transmite, Wilmar José Gouveia merece a homenagem da Assembléia Legislativa não só como relacionamento, mas, também, como estímulo ao seu trabalho, principalmente considerando-se as dificuldades normais que os atletas sempre enfrentam quando desenvolvem seu trabalho quase no anonimato.

Portanto, como homenagem a esse atleta e a todos que sonham com a glória de conquististas esportivas, a Assembléia Legislativa do Paraná, registra para a posteridade, na Ata dos trabalhos de hoje este fato Histórico.

REQUERIMENTO N° 793

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja inserido na Ata dos trabalhos da presente sessão, nossos votos de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do Município de Primeiro de Maio, ocorrido no dia 1° do corrente, desejando àquele povo trabalhador e seus dirigentes, felicidades, e que dentro dos princípios de direito, prossiga em seus trabalhos até alcançar a paz e prosperidade desejada.

REQUER, também, que do presente, se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal

e Câmara de Vereadores do Município apontado.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N. 792

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja inserido na Ata dos trabalhos da presente sessão, nossos votos de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do Município de Assaí, ocorrido no dia 1º do corrente, desejando àquele povo trabalhador e seus dirigentes, felicidades, e que dentro dos princípios de direito, prossiga em seus trabalhos até alcançar a paz e prosperidade desejada.

REQUER, também que do presente, se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores do município apontado.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N. 791

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor obedecendo as normas contidas no regimento interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja inserido na Ata dos trabalhos da presente sessão, nossos votos de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do Município de Uraí, desejando àquele povo trabalhador e seus dirigentes, felicidades, e que dentro dos princípios de direito prossiga em seus trabalhos até alcançar a paz e prosperidade desejada.

REQUER, do presente, se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores do município apontado.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N. 790

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja inserido na Ata dos trabalhos da presente sessão, nossos votos de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do Município de Jaguariaíva, desejando àquele povo trabalhador

e seus dirigentes, felicidades, e que dentro dos princípios de direito prossiga em seus trabalhos até alcançar a paz e prosperidade desejada.

Do presente, REQUER, se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores do município apontado.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) VALDERI MENDES VILELA

Apoio: Algaci Túlio.

REQUERIMENTO N. 789

Senhor Presidente.

Rafael Greca, Deputado Líder do PDT, que este subscreve submete à apreciação da Egrégia Assembléia e REQUER, registro de voto de congratulações e apreço aos autores Dr. João Feder e Prof. Luiz Edson Fachin pelas suas obras recentemente publicadas a que enriquecerão a Biblioteca Jurídica do Paraná, a serem lançadas em Curitiba neste mês de maio, respectivamente, "O Controle do Dinheiro Público" e "Novo Conceito de Ato e Negócio Jurídico", edições da Ginhone e Galeria Documenta e das editoras Scientia et Labor da UFPR e Educa da PUC. Obras como estas realçam a idéia da produção cultural como "documento" capaz de transformar o mundo, e não apenas de "monumento acadêmico", estático, parado, para ser relacionado entre galhardões com sabor de passado. Há nas duas obras a preocupação de fazer o Brasil avançar. Por isso pedimos de ambas, nas Atas da Assembléia Legislativa registro e memória.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) RAFAEL GRECA

REQUERIMENTO N. 787

Senhor Presidente.

Rafael Greca, Deputado Líder do PDT, que este subscreve, REQUER a inserção nos Anais da Casa - de voto de congratulações e apreço ao jornalista e autor I.A. Correia Júnior, de Maringá, pela publicação de seu livro "Maria Fumaça" edição do autor, impressão e montagem da Indústria Gráfica Ivaí, fotolitos da Glichenorte, e composição de "O Jornal" de Maringá que questiona a legitimidade da indenização do traçado ferroviário do novo centro de Maringá, com texto brilhante, profundamente fundamentado em esautiva pesquisa, e imprescindível para a memória (ainda recente) da colonização do Norte e do Noroeste do Paraná.

Pelo texto, fica para a história, a injustiça da REFSA pretender indenização pela transferência dos trilhos e da estação ferroviária de seu primitivo traçado e local. Há que ressaltar também a oportunidade de documentar "as lutas entre posseiros e jagunços, a insensatez dos governantes, e os jogos de interesses - às vezes lesivos ao Brasil - da nossa história re-

cente". Vale lembrar Brecht "A história tem falado em nome dos reis. Apenas dos reis. Mas, porventura, os reis carregaram pedras?". Este livro preenche a questão.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) RAFAEL GRECA

REQUERIMENTO N. 784

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado votos de congratulações pelo transcurso no dia 05 de maio de 1988, do 52º Aniversário do Município de Uraí, Estado do Paraná.

Outrossim, REQUER que a deliberação deste Plenário seja levada ao conhecimento de suas Excelências os Senhores, Doutor Wanderley Bozelli Dantas, Digníssimo Prefeito Municipal e Doutor Leonardo Vince, Digníssimo Vereador Presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) NELSON VASCONCELLOS

REQUERIMENTO N. 863

Senhor Presidente.

"Voto de lowor aos Constituintes do Estado do Paraná que votaram pela nacionalização das jazidas e reservas minerais".

Senhor Presidente.

Considerando que a Nação brasileira atravessa uma das fases mais difíceis de sua história no campo sócio-econômico e que, dentre as causas que deram origem a estado tão caótico que vem sacrificando sobremaneira seu povo, está a cobiça de grupos estrangeiros pelas riquezas de seu subsolo;

Considerando que há muito tempo as jazidas e reservas minerais vêm sendo exploradas e extraídas por mineradores estrangeiros, com aproveitamento quase total para seus países e conseqüente prejuízo para o Brasil;

Considerando que a nacionalização da pesquisa e lavra de minérios no Brasil, virá trazer um novo incentivo às mineradoras nacionais, com o aproveitamento de nossos técnicos e aproveitamento rentável do subsolo para o próprio País;

Considerando que a posição assumida pela Assembléia Constituinte na última quinta-feira, quando por 343 votos contra 126, decidiu-se que o "minério é nosso", merece o apoio daqueles que acreditam na necessidade de nacionalização do que nos pertence, para que possa o "Brasil ser dos e para os brasileiros também";

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão, de voto de lowor, aos Constituintes do Paraná, abaixo especificados, pela posição assumida

quando da votação do título da Ordem Econômica, se posicionaram favoravelmente à nacionalização da pesquisa e lavra de minerais no Brasil.

Os Constituintes que votaram pela nacionalização foram os seguintes: Afonso Camargo, Airton Cordeiro, Alarico Abib, Darcy Deitos, Euclides Scalco, Hélio Duque, José Tavares, Leite Chaves, Mattos Leão, Maurício Fruet, Maurício Nasser, Mar Rosemann, Nelson Friedrich, Nilso Squarezzi, Osvaldo Macedo, Osvaldo Trevisan, Renato Bernardi, Santino Furtado, Sergio Spada, Tadeu França e Waldir Pugliesi.

REQUER, ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento aos Constituintes acima mencionados e à Presidência da Assembléia Nacional Constituinte, pela medida nacionalista tomada pela mesma.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N. 832

Senhor Presidente.

Na forma regimental, e após ouvido o Soberano Plenário, o Deputado que este subscreve, REQUER, seja registrado em Ata dos trabalhos de hoje, nossa solidariedade à F. Essenfelder e Cia. Ltda, de Curitiba - PR.

Há 81 anos instalada no bairro do Juvevê e há 16 anos dirigida por Esther Essenfelder, a empresa, visando o acompanhamento na evolução da fabricação dos melhores pianos europeus, vem usando as mesmas aplicações, com critérios absolutos, incluindo nesse trabalho a vinda de técnicos do exterior.

Na busca do aperfeiçoamento tecnológico, a pesquisa tem sido seu lema e os resultados não poderiam deixar de ser dos mais evidentes e notáveis, haja vista a sua significativa competência no mercado internacional, com diversos modelos sendo exportados para a Alemanha, Argentina, Canadá, Colômbia, Estados Unidos e alguns países da África.

Para o futuro, é objetivo de Esther Essenfelder a criação de uma escola paranaense, para formação de mão-de-obra para fabricação de pianos, a exemplo das já existentes na Alemanha e no Japão.

Pelo exposto, foi notória a falta de informação do compositor Antônio Carlos Brasileiro de Almeida Jobim, ao prestar sua infeliz declaração na Revista Veja, questionando a qualidade dos pianos brasileiros.

É necessário que, em tais casos, fique esquecida a costumeira timidez paranaense, levantando a sua voz em favor de uma empresa que orgulha o Paraná e cuja qualidade de trabalho em seu produto é reconhecida internacionalmente.

Que manifestações estranhas como esta, publicada em revista de circulação nacional, tenham respostas à altura, valorizando a organização a qual prestamos nossa solidariedade.

Requeiro, que cópia deste expediente seja encaminhada à interessada.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

REQUERIMENTO N° 801

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER, seja oficiado à Secretaria de Estado da Saúde Pública solicitação objetivando a instalação de Clínicas Odontológicas Simplificadas nos Municípios de São Sebastião da Amoreira, Alvorada do Sul, Rolândia, Nova América da Colina, Sertaneja e Rancho Alegre.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) HOMERO OGUIDO.

REQUERIMENTO N° 799

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no desempenho de suas atribuições constitucionais, na forma regimental, REQUER, a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, seja encaminhado Ofício ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado sugerindo a extinção da Secretaria de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) DAVID CHERIEGATE.

JUSTIFICATIVA:

Di-lo Sua Excelência, o Senhor Governador, e fá-lo com propriedade irretocável, que o Estado já não dispõe de recursos para suprir o elenco das despesas do ensino oficial de 3° grau.

Lastimamos que o Governo nos tenha furtado a honra de conhecer os abrangentes reais fundamentos da medida administrativa que propõe à Assembléia Legislativa do Estado, até aqui, privativo das Bancadas do PMDB e do PTB, que lhe dão sustentação.

No entanto, olhando o Governo de fora e sustentado no quase clamor do povo, em acolhida a denúncia do Senhor Governador, nos parece que está em suas próprias mãos a solução: se Sua Excelência se dispuser a desburocratizar o Governo, iniciando pela extinção de Secretarias de Estado, como por exemplo, a de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, a Secretaria de Cultura e a Secretaria de Esportes, as quais desde o início de suas respectivas instalações vêm sendo cognominadas de "ilhas da fantasia", tais as suas inutilidades práticas.

Especificamente, há que se questionar quais os resultados, após um ano de sua instalação, que a Comissão de Ensino Supe-

rior ofereceu para o Estado ou à comunidade Universitária do Paraná? Que benefícios carrou às Ciências ou à Tecnologia? Que projetos desenvolveu que a Secretaria de Educação não poderia ter feito ou executado?

Com os gastos de apenas esta Secretaria, o Governo do Estado, também mantendo a sua política de "austeridade", poderia dar maior abrangência ao ideal de desenvolvimento que apregoa com a expansão do Ensino Superior.

REQUERIMENTO N° 848

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de ofício ao Ilustríssimo Senhor Doutor Pedro Arthur Sampaio, Digníssimo Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência, solicitando auxílio financeiro para ACRUCAM de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A ACRUCAM de Campo Mourão é uma entidade assistencial que presta relevantes serviços àquela comunidade, no atendimento de crianças carentes, e necessita de auxílio financeiro.

REQUERIMENTO N° 849

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de Ofício ao Ilustríssimo Senhor Doutor Jorge Gomes Rosa Filho, Digníssimo Diretor da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para Creche Lar Rotary Club da Vila Guaira, do Município de Goioerê.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A Creche Lar Rotary Club de Goioerê é uma entidade assistencial que atende as famílias carentes da Vila Guaira daquela Cidade. Por razões de defasagem orçamentária, necessita de auxílio financeiro.

REQUERIMENTO N° 831

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de Ofício ao Ilustríssimo Senhor Superintendente da SUREHMA - Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente - Doutor Alberto Baccarim, solicitando sejam envidados esforços, no sentido de instalação, com a brevidade que o caso requer, de um poço artesiano na Colônia Santa Cruz, no Município de Ponta Grossa, objetivando atender ao apelo formulado por aquela co-

inidade, através abaixo-assinado, pelo qual visam sensibilizar a autoridade competente para a adoção de medidas que venham, efetivamente, concretizar seus anseios.

O expediente em apreço é o retrato fiel da situação preocupante, senão aflitiva, dos moradores da Colônia Santa Cruz, os quais, não obstante a maioria de suas moradias possuir um poço caseiro, em épocas de estiagem, mesmo que pouco duradouras, ficam geralmente sem água, obrigando-os a recorrer a locais de abastecimento, como fontes, rios, enfim, os menos recomendáveis à saúde.

E, este aspecto deve ser seriamente analisado, como forma de salvaguardar o bem-estar da população que, nestas condições está sujeita a toda sorte de risco pela contaminação de águas insalubres, além de vir a constituir-se medida da maior justiça a essa comunidade carente de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

REQUERIMENTO N° 777

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Doutor Carlos Antônio de Almeida Ferreira, Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A., solicitando estudos para a instalação de uma Agência no Município de Mandaguá.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 778

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Doutor Antônio Lopes de Noronha, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a designação de uma viatura para ser utilizada no DETRAN - Departamento de Trânsito, no Município de Sarandi.

Esta é uma justa reivindicação do nobre Edil Celso Guerreiro Alvarenga, pois, o Detran local não conta com nenhuma viatura para atendimento de ocorrências de acidentes e, quando os mesmos acontecem, depende de favores de terceiros.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 779

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário,

seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Doutor Antônio Lopes de Noronha, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando uma viatura policial, para maior desenvoltura dos serviços prestados na delegacia de Polícia de Sarandi.

Esta é uma justa reivindicação do nobre Edil Francisco Gomes de Alencar, que vê os trabalhos da delegacia local prejudicados pela falta da mesma.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 780

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Professor Rubens Bueno, Secretário de Estado do Trabalho e Assuntos Comunitários, solicitando a designação de uma "vaca mecânica", para o Município de Sarandi.

Esta é uma justa reivindicação do nobre Edil Francisco Gomes de Alencar, que vê a necessidade de amparo no que se concerne à merenda escolar e às famílias carentes do município.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 781

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Exmo. Sr. Dr. Delcino Tavares da Silva, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a doação de uma ambulância para melhor atendimento do Posto de Saúde, do Município de Sarandi, conforme justa reivindicação do nobre Edil, Francisco Gomes de Alencar.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 782

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Exmo. Sr. Dr. Belmiro Valverde Jobim Castor, Secretário de Estado da Educação, solicitando a doação de um microônibus para transporte de alunos, conforme solicitação do nobre Edil, Francisco Gomes de Alencar, da Câmara Municipal de Sarandi.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 802

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação solicitando a instalação de bebedouro automático na Escola Estadual do Conjunto Habitacional Ernani Moura Lima, de Londrina, bem como de diversas torneiras para uso dos alunos do referido estabelecimento de ensino.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(aA) HOMERO OGUIDO.

REQUERIMENTO N° 807

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, sejam enviados expedientes às autoridades abaixo nominadas, solicitando um estudo da viabilidade de serem reajustados os preços dos produtos suco-alcooleiros, considerando que os mesmos estão defasados na ordem de 40%, o que fatalmente se tornará um desestímulo aos produtores, e, conseqüentemente, as perspectivas de um aumento na produção tornar-se-ão remotas.

Ministro da Agricultura - Sr. Iris Rezende;

Presidente da CFP - Dr. Luiz Norberto da Silva Ratto;

Secretário da Agricultura - Sr. Osmar Dias;

Agente Regional da CFP-PR - Dr. Darcy Pianna.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 808

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja oficiado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando a doação de um micro-ônibus escolar para atendimento ao Município de Sarandi, conforme requerimento do Vereador Francisco Gomes de Alencar, aprovado em sessão da Câmara Municipal de Sarandi, no dia 25 de abril de 1988, em anexo:

1. Secretário de Estado da Educação, Belmiro Valverde Jobim Castor.

2. Secretário de Estado da Administração, Mário Pereira.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 844

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Dr. Heinz Georg Herwig, MD. Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de viabilizar a

concessão de exploração comercial da linha de ônibus de Loanda a Umuarama, passando por Santa Isabel do Ivaí, Tapira, Nova Olímpia e Maria Helena, para o Expresso Nossa Senhora de Fátima Ltda, de Umuarama-PR.

Requer, ainda, que se dê ciência aos Ilmos. Srs. Diretores Proprietários, na pessoa do Sr. Ricardo José de Oliveira e Sr. Irineu Scandolieri, Gerente Geral daquele Expresso (Rua Arapongas, s/n - 87.500 - Umuarama-PR).

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) ALEXANDRE CERANTO

REQUERIMENTO N° 836

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Prefeito Municipal de Apucarana, solicitando o asfaltamento das ruas transversais do Conjunto Habitacional João Paulo I, localizado naquela cidade.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) PEDRO TONELLI

JUSTIFICATIVA:

Há oito anos que o conjunto habitacional João Paulo I, foi construído. Nele habitam em torno de 1.600 famílias. Embora haja nas ruas paralelas revestimento, os moradores daquele conjunto solicitaram a este Parlamentar que emvidasse esforços para que esta reivindicação fosse atendida, razão pela qual submeto a esta Casa de Leis para sua apreciação e posterior encaminhamento à autoridade competente.

REQUERIMENTO N° 838

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Exmos. Srs. Alvaro Fernandes Dias, DD. Governador do Estado e Heinz Georg Herwig, DD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando sejam reativadas, com urgência, as obras de pavimentação da rodovia que liga as cidades de Planalto, Pérola D'Oeste e Pranchita, no Sudoeste do Estado, dando-se ciência deste requerimento aos Prefeitos Municipais e Câmaras de Vereadores dos respectivos municípios.

Sala das Sessões em 09.05.88.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Há cerca de um ano, atendendo inúmeras reivindicações, foi iniciada a pavimentação da rodovia que liga as cidades de Planalto, Pérola D'Oeste e Pranchita. Entretanto, após terem sido asfaltados cerca de 10 quilômetros, sob a alegação de falta de recursos a obra foi paralisada.

Em vista da importância da rodovia para o desenvolvimento e a ligação de três importantes municípios, a população, autoridades e lideranças locais, além de inúmeros motoristas e transportadores que viriam a ser beneficiados, vêm manifestando sua preocupação, servindo-se deste Parlamentar no sentido de fazer chegar às autoridades competentes seu pedido no sentido de que as obras sejam reiniciadas com a máxima brevidade possível, haja vista que nos 35 quilômetros restantes já estão concluídas galerias, pontes e parte do serviço de terraplanagem.

Adiante-se, ainda, que a conclusão do asfaltamento da rodovia irá reduzir de 90 para 45 quilômetros a distância entre as cidades de Planalto e Pranchita, rota utilizada pelo tráfego de veículos do Sul do País, que se dirigem ao Oeste paranaense e aos Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia.

REQUERIMENTO N° 833

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Ilmo. Sr. Diretor-Presidente das Telecomunicações, Dr. Fernando Xavier Ferreira, solicitando estudos para viabilizar a instalação de um telefone público à Rua Arthur Manoel Iwersen, 839, esquina com Rua Bley Zornig, Conjunto Aracoara III, Bairro Boqueirão - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) LUIZ ANTONIO SETTI

JUSTIFICATIVA:

O presente expediente é apresentado baseando-se nas inúmeras reivindicações dos moradores da Rua Arthur Manoel Iwersen, considerando a inexistência de um telefone público naquela localidade, ocasionando por sua vez, uma série de transtornos e dificuldades, especialmente nos casos de emergência, quando por exemplo é necessária a presença policial ou socorro médico, já que o telefone mais próximo, fica a 2 km de distância.

Sendo o telefone o mais rápido e eficiente veículo de comunicação, e por entender que a instalação de um "orelhão" beneficiará em muito os moradores daquela localidade, esperamos dessa Companhia o pronto atendimento.

REQUERIMENTO N° 809

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, sejam enviados expedientes às autoridades abaixo nominadas, solicitando uma viatura para o DETRAN, do Município de Sarandi, tendo em vista que a péssima encarregada de

fazer as ocorrências ainda não conta com o citado veículo, o que dificulta o trabalho daquele órgão:

1. Secretário de Estado da Segurança Pública, Fernando Lopes de Noronha;

2. Diretor do DETRAN-PR, Jesus Sarrão. Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

Vide Ofício n° 085/88/AJS, da Câmara Municipal de Sarandi, de 26 de abril de 1988.

REQUERIMENTO N° 810

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas solicitando uma viatura policial, para atendimento à população do Município de Sarandi-PR.

1. Secretário de Estado da Segurança Pública, Antônio Lopes de Noronha;

2. Diretor da Polícia Civil do Paraná, Renato Ortoloni.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Vide Ofício n° 103/88/AJS, em anexo.

REQUERIMENTO N° 837

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Ministro das Minas e Energia, ao Presidente da PETROBRÁS, e ao Superintendente da REPAR (Refinaria Paraná), solicitando a imediata reintegração ao trabalho dos funcionários da REPAR que foram demitidos em virtude de terem participado do manifesto dos funcionários públicos nos dias 03 e 04 de maio de 1988, que tinha por objetivos, dentre outros, a luta pela manutenção da URP aos servidores públicos, encontrando-se dentre os demitidos ou suspensos 6 (seis) Diretores do Sindicato dos Trabalhadores no Refino de Petróleo da Refinaria de Araucária, e dentre eles o Presidente Estadual da Central Única dos Trabalhadores - CUT, Paulo Roberto Cequinél, e, REQUER, seja dada ciência do presente à CUT Estadual do Paraná e ao Sindicato dos Petroleiros.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) PEDRO TONELLI

Apoiamento: Algaci Túlio.

JUSTIFICATIVA:

A luta dos funcionários públicos pela manutenção do pagamento da URP é tão justa, clara e inegável que até o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Marcelo Pimentel e toda a Justiça do Trabalho de todo o País, estão garantindo que a URP

deve ser paga a todos os trabalhadores. O governo ao punir os grevistas que lutam por tão sagrado direito, demonstra sua face cruel, que este Poder Legislativo não pode referendar, razão pela qual solicito a aprovação por esta Casa do presente requerimento que visa tão somente fazer justiça e garantir direitos inalienáveis dos trabalhadores.

REQUERIMENTO N° 845

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER, que seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Delcino Tavares da Silva, Mui Digno Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, com o objetivo de um Hospital Público Regional em Umuarama.

Requer, ainda, que se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor Vereador José Luciano Andrade Filho, Presidente da Câmara Municipal e ao ilustre Vereador Dr. Massachi Mariushi, ambos de Umuarama-PR.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) ALEXANDRE CERANTO

JUSTIFICATIVA:

Devido a posição de destaque que Umuarama ocupa na região noroeste e no Estado, é fruto do crescimento industrial-econômico do seu povo. Mas acompanhada com o progresso, vem a superpopulação que diante das dificuldades em sua maioria, se alojam na periferia da cidade, encontrando dificuldades para as suas necessidades básicas, tais como, alimentação, segurança, educação e saúde.

Neste último vemos que Umuarama necessita urgentemente de mais leitos hospitalares, e que sejam administrados e controlados pelo poder público.

REQUERIMENTO N° 859

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER, que seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Antônio Lopes de Noronha, Mui Digno Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido que seja providenciado recursos financeiros, materiais e humanos para melhor equipar a Delegacia de Polícia do Município e Iporã.

REQUER, ainda, que se dê ciência aos ilustres Senhores Manoel Messias Pinto, Delegado de Polícia (Rua Senador Souza Naves, s/n - 87.580 - Iporã-PR), Senhor Luiz Sérgio Vicari, Gerente da agência do Banco do Brasil S.A. (Av. Presidente Castelo Branco, 2319 - Iporã), e ao Excelentíssimo Senhor Vereador Doutor Massachi Mariushi, Câmara Municipal de Umuarama-PR.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) ALEXANDRE CERANTO

JUSTIFICATIVA:

A referida Delegacia necessita de medidas urgentes que solucionem o problema da falta de policiais, de viaturas sem condições de uso, da falta de armamentos pois, os abnegados funcionários e o Delegado daquele órgão que não oferece as mínimas condições de trabalho, têm se esforçado ao máximo para suprir as deficiências.

REQUERIMENTO N° 811

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à autoridade abaixo nominada requerendo uma vaga mecânica para atender às famílias carentes do Município de Sarandi-PR.

1. Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, Rubens Bueno.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Vide Ofício n° 106/88/AJS, da Câmara Municipal de Sarandi, em anexo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja enviado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando que seja feita a doação de uma ambulância para atendimento ao setor de saúde no Município de Sarandi, conforme requerimento do Vereador Francisco Gomes de Alencar, aprovado em sessão da Câmara Municipal de Sarandi no dia 25 de abril de 1988, em anexo.

1. Secretário de Estado da Administração, Mário Pereira.

2. Secretário de Estado, Delcino Tavares.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 815

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a construção de ponte sobre o Rio Chopim, na divisa dos Municípios de Pato Branco e Mangueirinha.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

JUSTIFICATIVA:

Os constantes pedidos dos moradores da localidade de Cachoeirinha, divisa dos Municípios de Pato Branco e Mangueirinha, por si só justificam o presente.

Entretanto, há que se enfatizar ainda, que a construção da ponte sobre o Rio Chopim neste trecho, representa um antigo sonho de administrações municipais e municipais que se utilizam do serviço de balsas para viabilizar a travessia compreendendo os municípios de Pato Branco e Mangueirinha.

Requerimentos anteriores nesse sentido já foram elaborados, entretanto, a concretização da obra ainda permanece no aguardo de deliberações por parte da Secretaria de Estado dos Transportes, eis porque, invocamos o aval dos demais Pares desta Casa e que, do presente, sejam cientificados os Vereadores da Câmara Municipal de Pato Branco e Mangueirinha.

REQUERIMENTO N° 860

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER, que seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Celso da Costa Saboia, Mui Digno Diretor Presidente do BADEP, no sentido de viabilizar a liberação de financiamento para a implantação da Usina de reciclagem do lixo urbano de Umuarama.

Requer, ainda, que se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor Vereador José Luciano Anirade Filho, Presidente da Câmara Municipal e ao ilustre Vereador Doutor Mas-sachi Mariushi, ambos de Umuarama.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) ALEXANDRE CERANTO

REQUERIMENTO N° 840

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, solicitando as seguintes informações:

I - Situação funcional das pessoas abaixo relacionadas, a partir de 1° de janeiro de 1985 até a presente data especificando o cargo de cada um, e respectivo valor de vencimento percebido mensalmente.

- ILMAR FRIEZNITZ - RG. 0502.907-4

- SIRLEY AUGUSTA DE SOUZA PACCIONI RG. 0913858-7 - CPF 024.066-24900

- ARIO MARTINI - RG. 1.502.666

- ROBERTO BIAGI ALEGRO - RG. 3.019.871 CRM - 3061.

- NEIMA CELI SODER - RG. 503.182

II - Mencionar se dentre os funcionários relacionados há algum prestando serviço em outro órgão, nome desse órgão e sob qual condição.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO N° 861

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais da Casa da sessão de hoje, do artigo "O PR-S-4 é Nosso", da Gazeta do Povo de 07 do corrente, página 6.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, Diretor da "Gazeta do Povo", bem como ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Minas e Energia, Aureliano Chaves e a todos os Congressistas do Paraná no Congresso Nacional.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição fundamenta-se no fato de que o jornal "Gazeta do Povo", a partir do momento em que se armou a disputa pela localização do poço petrolífero, tomou a defesa em favor do Paraná com importantes reportagens que serviram para alertar as autoridades e lideranças e unir coletividade em torno da questão. O editorial em tela foi dos mais felizes e oportunos, decisivos para o posicionamento inclusive das mais altas autoridades. Para que fique registrado para sempre mais esse gesto que enobrece a nossa imprensa e reflita para a posteridade a permanente luta dos paranaenses pela nossa soberania e pelos nossos direitos.

REQUERIMENTO N° 795

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja inserido na Ata dos trabalhos da presente sessão, registro da matéria publicada pelo Jornal "O Estado do Paraná" do dia 29 de abril de 1988, com o título "A URP não vai acabar. Quem garante é Sarney".

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 794

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja inserido na Ata dos trabalhos da presente sessão, registro das matérias publicadas pelo Jornal "O Estado do Paraná" do dia 23 de abril de 1988, com os títulos "País da Angústia" e "Reajustes e Plano Cruzado".

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) VALDERI MENDES VILELA

Apoio: Algaci Túlio.

REQUERIMENTO N° 785

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja dada entrada nos Anais desta Casa a matéria do Jornalista Renato Schaitza, intitulada "Quem vigia, ajuda", no Jornal do Estado do Paraná, do dia 04 de maio de 1988.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) ARTAGAO MATTOS LEO

REQUERIMENTO N° 783

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a transcrição nos Anais da Assembleia do documento extraído do encontro da MICROMAR - Associação de Micro e Pequenas Empresas de Maringá e Região -, contendo recomendações e solicitando reivindicações dos micro e pequenos empresários, conforme cópia xerografada em anexo.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) BASTILIO ZANUSSO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 123/88

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - A Câmara Municipal de Umuarama, a partir da próxima Legislatura, passa a contar com 19 Vereadores.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) ALEXANDRE CERANTO.

JUSTIFICATIVA:

O Projeto é perfeitamente justificável, uma vez que o Município conta atualmente com 55.035 eleitores, segundo o que consta do último recadastramento eleitoral. Estando em consonância com o estabelecido pelos artigos 107, da Constituição Estadual e 35, da Lei Complementar n° 27, (Lei Orgânica dos Municípios), o plano de lei em epígrafe deve encontrar amparo nesta Assembleia Legislativa, razão pela qual solicito apoio dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI N° 124/88

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública, o "CÍRCULO DE ESTUDOS BANDEIRANTES"

com sede e foro nesta Capital.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) ANIBAL KHURY.

JUSTIFICATIVA:

O Círculo de Estudos Bandeirantes, criado em 12 de setembro de 1929, vem sendo por mais de meio século um importante centro de estudos históricos, etnográficos, lingüísticos e sociais, tendo nele colhido formação cultural uma plêiade de ilustres paranaenses que muito beneficiam o Estado pela sua atuação pública.

Ao longo de sua história, o CEB abrigou em sua sede várias outras instituições importantes.

Desta forma, Senhores Deputados, nada mais justo que se declare de Utilidade Pública, a entidade em questão.

PROJETO DE LEI N° 125/88

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Londrina, com sede e foro no Município de Nova Londrina, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) EDUARDO BAGGIO.

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Londrina, fundada em 24 de julho de 1984, mantém uma Escola Especial para atendimento de pessoas portadoras de deficiência mental, física e desajustamento social, promovendo atendimento gratuito nas áreas pedagógicas, psicológicas, fisioterápica e médica, além de oferecer assistência psicológica e social às famílias de sua clientela.

Seu trabalho tem frutificado junto a comunidade, tendo sido reconhecida como de Utilidade Pública Municipal, através da Lei Municipal n° 874/85, de 03 de julho de 1985.

Conforme documentação em anexo, pode-se constatar que a referida entidade atende ao disposto na Lei n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, que normatiza as condições mínimas para a declaração de Utilidade Pública.

Portanto, buscando oferecer um maior apoio e incentivo àquela entidade, que presta inegáveis serviços para a sua comunidade, apresentamos este Projeto de Lei, confiando contar com o indispensável apoio

dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI N° 126/88
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - A Câmara Municipal de Colombo, passa a contar, a partir da próxima legislatura, com 11 (onze) Vereadores.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

Apoio: Antônio Annibelli.

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição encontra-se consoante com a Lei Orgânica dos Municípios (Lei Complementar n° 27, de 08.01.86), em seu art. 35 e seu parágrafo único, obedecendo o que nele está estabelecido.

Em Ofício n° 134/88, enviado pelo MM. Juiz Eleitoral da 49ª Zona constatou-se a existência de um número aproximado de 36.842 eleitores devidamente cadastrados.

Assim sendo, esperamos dos nobres Pares da Casa, o devido apoio.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Passa-se ao Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Dirceu Manfrinato.

Declina.

Esta Presidência registra com satisfação, a presença neste Plenário, do Deputado Constituinte, que muito honra o Paraná na Assembléia Nacional Constituinte, Deputado Airton Ravaglio Cordeiro.

Concedo a palavra ao segundo Orador inscrito, Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Assumo a tribuna para dizer que o Partido Democrático Trabalhista, o PDT, realizou no dia de ontem a sua Convenção, Convenção esta que teve a presença maciça de seus militantes com a sua força, do Interior se fazendo presente, e que transcorreu na mais completa normalidade. Convenção que teve a presença do Líder maior do nosso Partido, e Líder Nacional, Leonel Brizola que, chegando a Curitiba, no último sábado, seguiu depois para Londrina e também para Maringá.

Em Londrina, Leonel Brizola recepcionado pelo Deputado Antônio Belinati e também pelas Lideranças locais, foi bastante assediado. Teve uma recepção extraordinária, que eu quero crer, até, que o próprio companheiro Antônio Belinati, depois possa complementar esta minha locução, da maneira extraordinária como foi recebido o nosso Líder em Londrina, do contato que teve com as Lideranças não apenas do nosso

Partido, mas também de outros Partidos, inclusive. Em respeito às posições tomadas por Leonel Brizola, fizeram questão de cumprimentá-lo, foi recepcionado no Jornal "A Folha de Londrina", onde deu uma entrevista coletiva aos jornalistas; passeou pelo "Calçadão de Londrina" fez discurso e depois seguimos para Maringá.

Na passagem, a comitiva composta por este Deputado, pelos Deputados Rafael Greca, Valderi Mendes Vilela, Antônio Belinati, o Presidente do nosso Diretório Regional, Deputado Amadeu Geara e demais companheiros, paramos em Apucarana, onde também as Lideranças locais fizeram questão absoluta de poder ter alguns momentos de convívio com o Líder Nacional.

Na sequência, na chegada a Maringá, festivamente, digo, a recepção foi das mais festivas. Já na entrada do Município de Sarandi, haviam caravanas aguardando a chegada de Leonel Brizola.

Para uma entrevista coletiva no salão paroquial da Cidade, seguindo do ato de assinatura, filiação do Constituinte Tadeu França que aconteceu no Jardim Alvorada na Cidade de Maringá. Lá estavam aproximadamente quatro mil pessoas para ouvir, para aplaudir as posições coerentes do nosso Líder maior Leonel Brizola. E lá, também, estiveram para aplaudir o nosso mais novo Constituinte do Partido Democrático Trabalhista, o PDT, o Deputado Tadeu França.

Foi sem dúvida nenhuma, uma passagem das mais importantes do nosso líder maior ao Norte do Estado deixando a marca da sua liderança comprovada através das manifestações que recebeu. E esta sua passagem pelo nosso Estado, completou-se no dia de ontem, quando na Câmara Municipal de Curitiba, Leonel Brizola falou durante 1 hora e 30 minutos para os pedetistas, para militantes até mesmo de outros partidos que lotaram completamente a Câmara de Vereadores para acompanhar a Convenção do PDT. Convenção esta, repito, que foi da mais absoluta tranquilidade. E convenção esta que reconduziu à Presidência do nosso Partido o companheiro Amadeu Geara que tem como vice este Parlamentar; tem como Secretário Geral, o Deputado Valderi Mendes Vilela; como primeiro Secretário o Vereador Jorge Bernardi e ainda a integrá-la, companheiros do Interior que fazem parte das posições como suplentes.

Portanto, queremos registrar nos Anais desta Casa, a Convenção do PDT, realizada, ontem, a passagem do nosso Líder Leonel Brizola pelo Paraná em que a imprensa do Norte deu destaque especial e, em especial o próprio Jornal "A Folha de Londrina".

Venho também a esta tribuna Senhor Presidente, para dar entrada na Mesa de um

voto de louvor aos Constituintes do Paraná que votaram pela nacionalização das jazidas e reservas minerais.

Porque considerando que a Nação brasileira atravessa uma das fases mais difíceis da sua história no campo sócio-econômico e que dentre as causas que deram origem ao estado tão caótico que vem sacrificando sobremaneira seu povo, está a cobiça de grupos estrangeiros pelas riquezas do seu subsolo.

Considerando que há muito tempo as jazidas e reservas minerais vêm sendo exploradas, extraídas por mineradores estrangeiros, o aproveitamento quase total para seus países e, conseqüentemente prejuízo para o Brasil.

Considerando que a nacionalização de pesquisas a lavra de minérios do Brasil virá trazer novo incentivo aos mineradores nacionais, com o aproveitamento dos nossos técnicos e o aproveitamento rentável do subsolo para o próprio País, considerando que a posição assumida pela Assembléia Constituinte quando por 343 votos contra 126, decidiu-se que o minério é nosso, e merece o apoio daqueles que acreditam na necessidade de nacionalização que nos pertence para que possa o Brasil ser dos e para os brasileiros.

Nesse sentido dou entrada a este requerimento e cumprimentando já por antecipação pela sua presença nessa Casa hoje, o Deputado Federal Airton Cordeiro, um dos que votou favorável pela posição na Assembléia Nacional Constituinte.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) -

Concedo a palavra ao próximo Orador inscrito, Deputado Pirajá Ferreira.

O SR. PIRAJÁ FERREIRA - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados: (Lê):

"O Estado do Paraná continua galgando espaço cada vez maior no cenário nacional, pelo importante desempenho da atuação política dos nossos lidos representantes do Executivo Estadual.

Desta feita, subo a esta tribuna para avaliar publicamente mais uma atitude do Governo Álvaro Dias, através do Secretário Osmar Dias, titular da pasta da Agricultura e do Abastecimento.

Estou me referindo ao lançamento da EXPOITIBA INTERNACIONAL, que será lançada oficialmente no dia 26 deste mês, em reunião a ser realizada no Parque de Exposições Castelo Branco.

Na oportunidade, serão apresentados os trabalhos já desenvolvidos e os a serem ainda executados, com o propósito de poder levar ao público visitante, os melhores produtos do País.

A grande novidade deste ano será a in-

ternacionalização desta grande exposição paranaense.

A idéia do encontro é o de motivar todas as associações brasileiras de criadores, com vista à somatória de esforços no sentido de fazermos, aqui no Paraná, de forma perene, uma das maiores e mais bem organizadas exposições agropecuárias do Brasil.

Com a participação de tais associações, serão selecionados os melhores exemplares nacionais das diversas espécies e raças animais, que aqui estarão, participando dos concursos bem como serão comercializados com o propósito de estabelecer a melhoria genética e zootécnica dos nossos rebanhos.

Através da participação das renomadas associações de criadores, será possível atrair ao Paraná, criadores e compradores dos vizinhos países, tais como Uruguai, Paraguai, Argentina, Chile e Bolívia.

A reunião no dia 26 do corrente deverá contar com a presença dos representantes do Itamarati, além de Embaixadores e Consules do Canadá, Estados Unidos e outros países amigos.

Portanto, Senhores Deputados, gostaria de deixar registrado nos Anais desta Casa, o nosso apoio a mais esta iniciativa do Secretário Osmar Dias, parabenizando-o e desejando que este novo empreendimento de sua Pasta seja coroado de pleno sucesso, e ainda, aproveito do ensejo para conclamar todos os nobres Deputados deste Poder Legislativo, para que emprestem também o seu apoio a esta grande iniciativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Concedo a palavra ao próximo Orador inscrito, Deputado Ayr Mezzadri. (Declina) Havendo declinado, concedo a palavra ao Deputado Eduardo Baggio.

(Declina).

Encerrado o Pequeno Expediente passamos ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Deputado José Felinto. (Ausente).

Estando ausente concedo a palavra ao Deputado Valderi Mendes Vilela.

(Declina). Havendo declinado concedo a palavra ao Deputado Rafael Greca.

(Declina). Havendo declinado concedo a palavra ao Deputado Nereu Carlos Massignan.

(Declina) Havendo declinado, concedo a palavra ao Deputado Dirceu Manfrinato. Vossa Excelência tem 30 minutos para proceder a sua oração.

O SR. ANTONIO BELINATI - (Pela Ordem) Pedindo desculpas ao Deputado Dirceu Manfrinato, que já se encontra na Tribuna, apenas, Senhor Presidente, para em meu no-

me, e em nome dos Deputados Algaci Túlio, Valderi Mendes Vilela, Rafael Greca, em nome PDT do Paraná, expressar, publicamente o agradecimento ao Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Antônio Annibelli, pelas atenções protocolares, dispensadas ontem, por ocasião da visita, ao Paraná, do Engenheiro Leonel Brizola.

O nosso muito obrigado a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência agradece modestamente e diz que, com tão brilhante figura vindo ao Paraná esta Presidência jamais poderia se omitir em fazer as honras da Casa.

Vossa Excelência tem 30 minutos, Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Muito obrigado. Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Trago um assunto de grande importância a este Poder Legislativo e acima de tudo preocupado da forma em que este Poder Legislativo foi atingido recentemente. Lamentavelmente pela falta de conhecimento, talvez, ou até pela irresponsabilidade de pessoas que desconhecem os fatos, procuram distorcer a integridade não só do Poder Legislativo do Paraná, mas também do Poder Judiciário do Paraná.

Senhor Presidente, o que cobro neste instante desta Presidência ou seja, da Mesa Executiva deste Poder, é que providências sejam tomadas, porque é inadmissível quando se faz um pré-julgamento, quando vários Deputados estavam sendo julgados pelo Tribunal de Justiça do Paraná, entre eles três Secretários de Estado do Governo Álvaro Dias.

Nós não podemos calar Senhores Deputados, desta acusação que sofrem 53 companheiros, uns já não pertencem a este Poder Legislativo, os outros permanecem.

Aqui e através desta Tribuna, através de um requerimento de nossa autoria, solicitei ao Tribunal de Contas do Paraná providências e até uma auditoria na prefeitura Municipal de Cianorte e na Câmara de Vereadores de Cianorte.

Vejam os Senhores que quando eu fiz esta solicitação o Prefeito pertencia às fileiras do PMDB e seis Vereadores também. Após a nossa denúncia houve a auditoria do Tribunal de Contas do Paraná, no mês de novembro de 1987. E não é este Deputado que disse à imprensa do Paraná e ao povo de Cianorte que havia corrupção na Prefeitura e no Poder Legislativo.

Foi sim, Senhor Presidente o Tribunal de Contas do Paraná, através de 18 laudas, foi comprovada a corrupção. Corrupção está que era através de requisições de fornecimento de gasolina aos carros particulares

dos Senhores Vereadores. E, ainda, foi além do abuso e do desrespeito com o dinheiro do povo de Cianorte, Senhor Presidente, as requisições da Prefeitura entregues aos Vereadores, eram vendidas aos postos de gasolina. Os Vereadores recebiam dinheiro, e veja bem senhores Deputados. Além dos veículos de propriedade dos Senhores Vereadores serem movidos a álcool, o abastecimento era somente em gasolina, porque evidentemente os valores foram mais altos. E quando denunciei, a imprensa divulgava que o Deputado Dirceu Manfrinato estava perdendo espaços políticos no Município de Cianorte. Ouvia e via atentamente, e acompanhava apreensivo para ver o desfecho.

Nas idas para aquele Município, as minhas andanças pela bases políticas, sempre era indagado se havia corrupção ou não na Prefeitura de Cianorte. Eu respondia à população de Cianorte que a minha missão já estava praticamente no seu final, cabia esse julgamento, agora sim, ao Tribunal de Contas do Paraná, que passou evidentemente a investigar.

Ao longo do tempo as notícias eram dadas à população de Cianorte, e, recentemente, nós tivemos oportunidade de ler na imprensa do Paraná, através da "Folha de Londrina" e outros conceituados jornais do Estado do Paraná: "Vereadores de Cianorte depositam nos cofres da Prefeitura o dinheiro lesado da população".

O Sr. Nestor Baptista - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Em seguida. E aí está, Senhor Presidente e Senhores Deputados, nesse instante quero render a minha homenagem e a minha gratidão pelo voto de apoio que tive de 27 Deputados desta Assembleia Legislativa do Paraná. Isto nos engrandece a continuar o caminho do combate à corrupção, a combater as injustiças através da nossa população. Concedo um aparte ao ilustre Líder da Bancada, aliás, do Governo, Deputado Nestor Baptista.

O Sr. Nestor Baptista - Prezado Deputado, Dirceu Manfrinato, faço o aparte nesse instante porque o início do seu trabalho aqui na Assembleia Legislativa como Deputado, em 1983, Vossa Excelência o fez com muita seriedade, com muita dedicação e com muita disposição, não só à região que Vossa Excelência representa, mas para atender aos interesses do Paraná. Por último Vossa Excelência viu-se envolvido num escândalo denunciado por Vossa Excelência, escândalo ocorrido com Vereadores e a prefeitura Municipal de Cianorte. E desde os primeiros instantes a Bancada do PMDB se apresentou ao lado do Deputado Dirceu Manfrinato, so-

lidarizou-se com Vossa Excelência, acompanhou inclusive auditoria feita pelo Tribunal de Contas, e mais do que nunca os companheiros de bancada de Vossa Excelência sentem-se mais uma vez honrados em tê-lo como companheiro de bancada e de Partido e acima de tudo trilhando os caminhos da seriedade, da dignidade e da preocupação na boa administração do Paraná.

Eu o cumprimento. O Tribunal de Contas realizou um grande trabalho, mas comprovou aquilo que a nossa Bancada já tinha conhecimento, a denúncia séria, bem colocada, devidamente comprovada, feita por Vossa Excelência.

Está de parabéns o Paraná, Deputado Dirceu Manfrinato, por tê-lo como Deputado Estadual, um Deputado que tem sabido honrar o seu mandato, tem sabido honrar a sigla do seu Partido, e acima de tudo, tem respeitado, e muito a população paranaense.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Muito obrigado Deputado Nestor Baptista, agradeço realmente, porque Vossa Excelência conhece realmente a nossa luta de 1982 até essa presente data nesse Poder Legislativo.

Quando fiz a denúncia e após comprovada os Vereadores deixaram o PMDB, ou seja, purificaram o PMDB de Cianorte, ingressando no Partido da Frente Liberal. Posteriormente muitas polêmicas surgiram em relação a ida dos Senhores Vereadores ao PFL.

Mantivemos a nossa postura de firmeza, de lealdade com a população de Cianorte, e ficamos ao lado da população. Muitas e muitas tentativas do Prefeito de Cianorte para que houvesse desse Deputado uma aproximação com os Vereadores corruptos de Cianorte. Neguei-me todas as vezes que era procurado pelo Senhor Prefeito de Cianorte Jorge Moreira da Silva.

O Sr. Paulo Furiatti - Concede-me um aparte, nobre Deputado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Em seguida. E após me recusar desses pedidos, o Prefeito de Cianorte deixou o PMDB e ingressou também no PFL.

Não houve da nossa parte nenhuma preocupação no sentido político, nunca tive a pretensão de disputar a Prefeitura de Cianorte. Estava e estou cumprindo a minha missão como Parlamentar que representa orgulhosamente a cidade de Cianorte e a sua população. Mas tentaram deturpar as notícias de que este Deputado tinha interesse de disputar o Executivo Municipal e estava tentando denegrir a imagem do Senhor Prefeito e dos Senhores Vereadores.

Eu não vejo como denegrir a imagem quando ela já está denegrida, ela já está

ferida pela corrupção e pelas maus tratos ao dinheiro público. Eu apenas cumpro a minha missão de Parlamentar que sou. Eu não estava preocupado se eram do PMDB, eu estava preocupado com os interesses da população de Cianorte.

E posso também afirmar, que os imprudentes se entendem com os imprudentes. Nós temos esta postura política desde o momento em que entramos na vida pública, e ela será e continuará sendo a postura da integridade, do respeito, e acima de tudo, da honestidade. E posso reafirmar que neste Poder Legislativo do Paraná tenho um trânsito livre com todos os Deputados, desde a minha Bancada até os outros Partidos que têm assento nesta Casa. Este trânsito livre é em razão do respeito que tenho. E quem respeita deve ser respeitado. Se surgem alguns problemas, algumas polêmicas discutimos através desta tribuna ou, através de apartes, isso faz parte do processo político.

Eu concedo o aparte ao Vice-Presidente do PMDB, Deputado Paulo Furiatti.

O Sr. Paulo Furiatti - Meu caro Dirceu Manfrinato, ilustre Deputado desta Casa, Vossa Excelência merece os nossos parabéns porque desde o início optou pelo caminho da procura, da verdade e da correção. Vossa Excelência até chegar o instante em que estamos trabalhando muito, para que a honestidade imperasse em vosso Município, com a responsabilidade que Vossa Excelência tem junto aos seus eleitores.

Eu faço este aparte para lhe dizer que o parabenizo pela seriedade, pela coragem e sobretudo, porque seguiu o caminho e praticou o seu discurso em palanque.

Vossa Excelência está de parabéns.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Muito obrigado, ilustre Deputado Paulo Furiatti.

O Sr. Nereu Carlos Missignan - Ilustre Deputado, eu me inscrevo num aparte, se Vossa Excelência me permitir.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu o concedo a Vossa Excelência.

O Sr. Nereu Carlos Missignan - Eu quero me congratular com Vossa Excelência, quando vem fazendo um trabalho no seu Município. Trabalho este de moralização, que não teve dúvida e não titubeou em fazer a denúncia mesmo envolvendo companheiros do nosso Partido, Vereadores, Prefeito...

E Vossa Excelência destaca que essa ação iniciou quando eles ainda pertenciam ao partido. Vossa Excelência afirmava também que, não é candidato a Prefeito, que tentam explorar isto no sentido político e eu gostaria de afirmar a Vossa Excelência,

que essa preocupação não deve existir porque se Cianorte precisar de Vossa Excelência na Prefeitura, não será um constrangimento dizer que há uma exploração política neste fato, a qual faça com que Vossa Excelência não deseje o candidato e o Prefeito de Cianorte.

Eu acho que um assunto nada tem a ver com o outro. Cianorte não pode prescindir da sua liderança como Deputado. E se houver o chamamento para que Vossa Excelência fique lá, mais perto do seu povo, Vossa Excelência assim deve proceder. Mas, o aspecto que eu ressalto, é que Vossa Excelência não fez uma denúncia vazia, não é uma denúncia de exploração política. Ela vem embasada numa decisão de um Tribunal de Contas, que é o órgão fiscalizador.

Nesses momentos de tanta cobrança da sociedade, Vossa Excelência corresponde a estes anseios. Os meus cumprimentos a Vossa Excelência.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Muito Obrigado, ilustre companheiro, Deputado Nereu Carlos Massignan.

O Sr. Milton Barbosa - Nobre Deputado Dirceu Manfrinato, eu solicito a inscrição para um aparte.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Em seguida.

Eu só gostaria de responder o aparte ao Deputado Nereu Carlos Massignan.

Eu entendo que a partir do momento que nos colocamos à disposição da população, nós temos que aceitar todos os chamamentos.

Na verdade o meu compromisso, o compromisso de todos nós, que passamos pelo crivo das urnas é com a população. Jamais me fuertei da responsabilidade que tive com a minha população, uma vez que a Prefeitura de Cianorte se nega a atender um doente com ambulância ou até mesmo via Centro Social Urbano, que é dirigido pela Prefeitura, nega uma passagem para um infeliz da vida que necessita de tratamentos na capital do Estado e que se dá o luxo e o privilégio de abastecer carros dos Vereadores.

Eu posso afirmar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que Cianorte, hoje, está desgovernada. Estou preocupado com o dinheiro da população de Cianorte, uma vez que estaremos defrontando as campanhas dos municípios do Paraná e do Brasil. Nós estaremos vigilantes a denunciar a corrupção eleitoral que poderá acontecer na Prefeitura de Cianorte.

E vou mais além, com todo o respeito que tenho pelo Ilustre Deputado Basílio Zanusso, Líder do PFL neste Poder Legislativo, nem Vossa Excelência ficou livre do ataque da Prefeitura de Cianorte, uma vez

que Vossa Excelência sendo Líder do PFL, Vossa Excelência foi atingido, como este Deputado foi atingido. Nós fomos taxados, ilustre Deputado Basílio Zanusso, como ladrões. E eu posso afirmar neste Poder Legislativo que conheço também, da região de Nova Esperança, a sua integridade, conheço o seu trabalho, tanto é que Vossa Excelência já está por várias Legislaturas neste Poder Legislativo.

Eu acho que não pode haver omissão, principalmente da Mesa Executiva e dos Senhores Deputados, atingidos em relação a esta medida, declarada pelo Prefeito de Cianorte, que está na "Folha de Londrina" do dia 07, dizendo que os Deputados são ladrões e, em especial, o Deputado Dirceu Manfrinato.

O Sr. Eduardo Baggio - Permita-me um aparte, nobre Deputado?

(Assentimento).

Eu creio, meu nobre Deputado Dirceu Manfrinato, que Vossa Excelência está coberto de razão quando vai à tribuna defender-se e defende os colegas desta Casa mas, acho que o Prefeito de vossa cidade esqueceu-se que o Tribunal de Justiça deu parecer favorável, com arquivamento, por unanimidade. Portanto, é assunto já encerrado e não adianta mais aqueles que pretendem denegrir a imagem desta Casa ficando malhando em ferro frio. Continue com vosso trabalho que tem o apoio, o respaldo, de todos os colegas, nobre Deputado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Muito obrigado, Ilustre Deputado.

Concedo um aparte ao Deputado Basílio Zanusso.

O Sr. Basílio Zanusso - Deputado Dirceu Manfrinato, eu, lamentavelmente, não conheço a publicação que a Folha de Londrina veiculou no dia 07, conforme o discurso de Vossa Excelência. Quer parecer-me que a notícia, a denúncia, contra Vossa Excelência que alcançou a todos os Deputados, deve ser objeto de uma representação absurda, irresponsável, de um indivíduo desconhecedor da realidade Legislativa. Ele a fez à procura de publicidade, certamente. Nem conheço o cidadão.

Até me surpreende a notícia, ou a publicidade que se deu em torno dessa representação contra os Parlamentares por ser inócua, absurda, descabida.

Mas eu queria dizer a Vossa Excelência que diz no início de suas palavras ter um documento de 27 ou 28 parlamentares de sua Bancada, que lhe emprestaram solidariedade no episódio de Vossa Excelência, onde envolve o Prefeito que era de seu Partido e seis Vereadores de Cianorte, sua Cidade.

Eu também teria assinado esse documen-

to que Vossa Excelência diz, fala de suas qualidades pessoais, de sua responsabilidade política partidária, de um Parlamentar com suas responsabilidades, presente nesta Casa, presente em seu gabinete, um gabinete que atende o homem do interior, a exemplo do nosso. Eu conheço o espaço de Vossa Excelência nesta Casa e embora sendo Vossa Excelência de uma outra bancada, de um outro Partido, Vossa Excelência impõe-se nesta Casa por sua coerência, principalmente partidária, eu acho que isso é o maior de Vossa Excelência, do que poderia dizer sucintamente, com relação ao seu desempenho nesta Casa. Além de suas outras tantas qualidades, sobressai-se a sua coerência política partidária e com relação a isso, Vossa Excelência sabe a minha estima e consideração.

Agora, particularmente, no que diz respeito ao comportamento de seus Vereadores, do Senhor Prefeito Municipal, ao fornecimento de combustível, cujos valores os Senhores Vereadores tiveram que devolver por decisão judicial e que realmente, seis Vereadores e o Prefeito de Cianorte ingressaram no Partido da Frente Liberal.

Aliás estivemos em sua Cidade, Cidade de Cianorte, ainda sábado próximo passado, em companhia do Deputado Alexandre Ceranto e do Deputado Antônio Costenaro Neto, onde nos reunimos com Lideranças de Cianorte, do PFL e até alguns Municípios adjacentes, porque Cianorte é um pólo regional, é sede de uma região, já nem diria uma microrregião, dada a importância da Cidade de Cianorte, porque cresceu majestosa que é, importante que é, pela sua população e é uma cidade planejada, projetada para o futuro e uma bela cidade.

Eu tenho o maior respeito por Vossa Excelência e por suas colocações, nós nos reservamos, como companheiros daqueles Vereadores e Prefeito, se for o caso de oportunamente também trazer aqui a versão dada por eles, porque quer me parecer pelas notícias que tenho, Deputado Dirceu Manfrinato, a Prefeitura Municipal de Cianorte é uma das poucas Prefeituras que paga mensalmente os funcionários e não tem um endividamento que comprometa o destino de suas obras. Parece-me que as coisas estão em seus lugares, mas não quero me antecipar, porque não tenho elementos.

O meu aparte a Vossa Excelência, foi em respeito ao seu posicionamento tão conhecido e por também referir-se ao meu nome e no que diz respeito a denúncia contra esta Casa, eu repito, ela é inócua, absurda e não sei como a Folha de Londrina deu espaço para tamanha notícia.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Obrigado e inclusive agradeço a Vossa Excelência pela solidariedade.

A versão, ilustre Deputado Basílio Zanusso, acredito impossibilitada de Vossa Excelência trazer a esta Assembléia Legislativa do Estado, uma vez que a versão é o próprio Tribunal de Contas do Paraná que acusa as irregularidades. Então não vejo como poderia modificar o quadro que estamos vivendo através dessas denúncias dos Vereadores de Cianorte. (Término do tempo...).

O SR. PRESIDENTE (Antonio Annibelli) - Vossa Excelência tem mais dois minutos.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu solicitaria, Senhor Presidente, que o Líder da Bancada nos cedesse o Horário da Liderança para que eu concluísse a minha explanação.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta Presidência defere e Vossa Excelência tem o Horário da Liderança.

O Sr. Ferrari Júnior - Vossa Excelência me permite um aparte, Deputado?

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Já em seguida, ilustre Deputado.

Então, é isto, ilustre Deputado Basílio Zanusso. Aqui existe no Estado do Paraná, do dia 08 de maio, que acham estranho quando tomei essa posição, uma vez que eu também votei nessa Lei, quando era Vereador em Cianorte.

Essa Lei que dizem que dá direito, que o Deputado Dirceu Manfrinato também participou da votação na Câmara de Vereadores, o próprio Tribunal de Contas diz no seu relatório de que a lei não dá os direitos. E veja que vai mais além, Deputado Basílio Zanusso, aqui os Vereadores dizem que podem até repor peças nos veículos, podem reformar os veículos e, inclusive retificando os motores.

Pelo menos, talvez pela pouca experiência vindo de um Vereador, Deputado reeleito, mas eu entendo que em nenhum Município do Brasil, em nenhuma Câmara, ou numa Assembléia, ou num Senado, possa se ter uma Lei que reforma carro particular de Deputado, de Vereadores. Eu desconheço isto até a data de hoje.

Concedo um aparte ao ilustre representante de Maringá, Deputado Ferrari Júnior.

O Sr. Ferrari Júnior - Deputado Dirceu Manfrinato, eu não vou me alongar, porque entendo que os minutos finais do seu pronunciamento devam ser aproveitados por Vossa Excelência que coloca muito bem uma situação de corrupção no Estado do Paraná, onde como lídimo representante de um povo e de uma região, Vossa Excelência condenou, levou às barras de um Tribunal e

viu comprovada a sua denúncia.

Hoje o Prefeito Municipal de Cianorte, eu vi numa das edições da "Folha de Londrina", tenta atacá-lo ao invés de desmentir os fatos denunciados por Vossa Excelência e confirmados pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Eu acho que é inútil a posição do prefeito. Esperneia no desespero de quem deve estar numa situação delicadíssima junto a sua população, porque não há defesa pelo ato que ele praticou e pelo ato praticado por inúmeros Vereadores da Câmara Municipal de Cianorte.

E Vossa Excelência tem neste modesto Deputado, se servir para alguma coisa, o apoio e a observação de público de quem conhece a sua atuação, não desde 1983, quando chegamos a esta Casa, mas muito antes acompanhando a sua atuação como homem, como chefe de família, como político, desde que Vossa Excelência era Vereador na Câmara Municipal de Cianorte.

Não há como atacá-lo. Nada mais é Excelência que o desespero de quem "meteu a mão no pote" e não tem como justificar.

Muito obrigado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Obrigado pela solidariedade, Deputado Ferrari Júnior.

O Sr. José Felinto - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu iria além, alguns fatos precisam ser levantados e mostrados.

Aqui diz o seguinte: abastecimento além da capacidade de litragem de tanque.

O Veículo Parati utilizado pelo Presidente da Câmara de Cianorte, Arnaldo Alberto Roiler, tem a capacidade no seu tanque de 75 litros e abasteceu 138,5 litros, dados levantados pelo Tribunal de Contas do Paraná.

O Sr. Raul Lopes - Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Já lhe concedo. Existe ainda o nome dos Vereadores beneficiados.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a requisição de número 26.780, de 01 de agosto, o Presidente da Câmara retirou 200 litros de gasolina em uma requisição. A Parati tem 75 litros no seu tanque, movido a álcool, e foi retirado 200 litros de gasolina.

Mas vou mais além, Srs. Deputados. No mesmo dia a requisição número 26.767, do dia 01 de agosto, mais 200 litros de gasolina. Eu entendo que, por pior que seja o veículo à gasolina, ele tem que fazer no

mínimo sete quilômetros, e 200 litros correspondem a 1.400 quilômetros rodados. este Presidente da Câmara é mágico: conseguir rodar 1.400 quilômetros e voltar no posto e abastecer mais 200 litros.

Será que abasteceu, Sr. Presidente, Srs. Deputados? ou será que recebeu em dinheiro no posto de gasolina.

E é isto que denunciamos e está comprovado, tanto está que os Vereadores depositaram o dinheiro recentemente. Isso se chama réu confesso. Confessaram que "meteram a mão" no dinheiro público.

Ista, agora não cabe mais ao Deputado Dirceu Manfrinato. Cabe ao Poder Judiciário de Cianorte as providências cabíveis e até mesmo processo-crime, porque isto sim é crime de peculato, e não isto que insinuaram, que eu participei nesta Assembléia Legislativa de alguns projetos de minha autoria, transformando as entidades em utilidade pública. Isto sim é crime de peculato: devolver o dinheiro que comprovou o crime, comprovou o roubo do dinheiro da população.

O Sr. Raul Lopes - V. Exa. me concede um aparte? (Assentimento)

Deputado Dirceu Manfrinato, também quero emprestar ao prezado companheiro o meu voto de solidariedade e de apoio por este momento desagradável pelo qual o companheiro passou, porque todos nós o conhecemos de longa data. E eu, em particular, quero registrar com satisfação que inclusive nos anos de 1983 a 1986, quando estive à frente do Comando da Polícia Militar do Paraná, por diversas vezes o recebi em meu gabinete e vi o quanto se preocupava, não só com o seu Município como na sua região, com assuntos voltados aos negócios da Segurança Pública, e toda vez que ali esteve analisava de "per si" todo o progresso, a pujança do seu Município e da sua região. Posteriormente, aqui nesta Casa, assisto com satisfação veementes pronunciamentos em prol da sua região, em prol do Governo, em prol da nossa bancada, em prol do nosso programa de Partido e do nosso programa de trabalho.

Não vejo porque o Companheiro se preocupa. Vossos amigos, vossos companheiros emprestam, e eu aqui neste aparte, a minha solidariedade, apoio e total confiança a você, companheiro.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Muito obrigado, ilustre Deputado.

Eu encerro, Sr. Presidente, e só espero de V. Exa. mais um minuto, dizendo que essas medidas não foram medidas de cunho político. Tanto é que vários companheiros de Cianorte sabiam e sabem perfeitamente que o candidato que fosse indicado pelo

PMDB em Cianorte a concorrer à Prefeitura, que tivesse o apoio do atual Prefeito Jorge Moreira da Silva, não teria o apoio do Deputado Dirceu Manfrinato, porque eu não posso ficar ao lado daqueles que estão roubando o dinheiro da população de Cianorte.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Concedo a palavra no Horário da Liderança do PDT ao Deputado Valderi Mendes Vilela.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vemos com muita atenção os noticiários, em toda imprensa brasileira falando a respeito do congelamento da URP, dos salários dos trabalhadores brasileiros. Desta mesma tribuna, Senhor Presidente e Senhores Deputados, já muito antes das primeiras investidas da imprensa e da própria iniciativa privada, dizíamos que o governo abria caminho para que a iniciativa privada também se utilizasse de tal recurso.

Agora estamos vendo absurdos, ainda maiores, estamos vendo o Governo do PMDB batendo à porta da justiça para fazer valer a sua força na legislação brasileira. Estamos vendo o governo buscando, na justiça, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o direito de manter o congelamento da antecipação salarial dos trabalhadores brasileiros, especialmente do setor público. Temos também anunciado por todos os cantos que o salário do trabalhador não é culpa do "déficit público", e sim do grande câncer da Nação, são os gastos exagerados do governo em todas as suas áreas. O governo procura de todos os meios fazer valer a sua vontade maior, fazer valer a sua força, hoje, através da justiça, o que é realmente um caos para a Nação.

A URP está aí congelada, o poder aquisitivo do trabalhador brasileiro está cada dia menor e até onde chega, nós não temos nem idéia. No Paraná chegou-se ao absurdo de ser extinta, a URP um dos primeiros Estados da Federação, a adotar tal critério. É o primeiro Estado da Federação que usou tal sistema, usou o seu Poder Legislativo para tirar do trabalhador do serviço público a antecipação salarial.

O desespero se esparrama por todo Estado e por todo o Brasil. Hoje já não temos a certeza de encontrar no amanhã os serviços públicos em funcionamento.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, integrantes desta Casa de Leis, é hora, de tomar alguma medida mais concreta, de se olhar realmente e dentro de mais 3 meses, que o poder aquisitivo do cidadão, do trabalhador brasileiro chegará a zero. Outro dia, ouvimos, assistimos e lemos no-

tícias sobre o custo de vida, levando-se em consideração a nossa Capital do Estado, aonde o aumento do mês de abril foi equivalente a 33%, onde só com alimentação uma família, composta por 4 pessoas, teria que ter os seus ganhos estimados em 16 mil cruzados mensais. Hoje, para que esta família, tivesse todas as suas necessidades básicas atendidas teria que receber aproximadamente em torno de 50 mil cruzados.

O arrocho salarial que se instalou nesta Nação ao longo do Plano Cruzado, ao longo dos pacotes arrochadores, que foram implantados neste País nos últimos anos, deixam o trabalhador na expectativa de um desastre total.

Mas não é só isto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, gostaria também de deixar registrado nesta Casa que no nosso Município de Bandeirantes, onde o Prefeito não pertence ao partido do Governo, a URP continua a ser repassada a todos os trabalhadores do Serviço Público Municipal. E isto merece destaque porque as dificuldades são para todos, mas nós não podemos deixar apenas na responsabilidade dos salários que tal fato ocorra. Por isso, é preciso que alguma coisa seja feita em favor do trabalhador. É necessário que novos fatos venham a ser analisados, que novas medidas devam ser consideradas para que o trabalhador brasileiro, especialmente do Paraná, recupere, ao longo de um determinado tempo, o seu poder aquisitivo.

Isso é uma luta de todos nós, é uma luta que nós, que somos representantes do povo do Paraná, independentemente de Partido, buscamos uma solução, mas uma solução mais prática e mais viável. Esse é o nosso apelo, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Con-
- sulto à Liderança do PT se fará uso do seu tempo. Vossa Excelência tem 8 minutos para proferir a sua oração.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores e Senhoras companheiros Parlamentares.

A Nova República reservou para este ano de 1988, um novo período de pesadelos para a classe trabalhadora brasileira.

No próximo dia 13 vamos assinalar cem anos de Abolição da Escravatura. O Governo José Sarney, transformou demagogicamente, esse dia em mais um feriado.

As condições hoje não são muito diferentes para os trabalhadores, como os escravos que tinham mísera alimentação e abrigo, do que os assalariados têm hoje: um salário mísero, alimentação precária e moradia sem mínimas condições.

Essa "via crucis" dos trabalhadores

brasileiros continua. O Governo Federal congelou a URP por 2 meses. Alvaro Dias foi mais além e a extinguiu com a convivência lamentável desta Casa.

Em abril, o custo de vida em Curitiba, subiu 33%, segundo o DIEESE.

A inflação de maio promete extrapolar a casa dos 20%. Não bastasse a carestia que se acentua dia a dia, o Governo decidiu lançar trabalhadores ao desespero, através das demissões sumárias.

No "Dia do Trabalho" José Sarney teve o descaramento de ocupar 8 minutos em cadeia nacional de rádio e televisão para ludibriar a classe trabalhadora.

Na semana seguinte este mesmo Governo presenteia a classe trabalhadora com mais de 200 demissões.

No último domingo José Sarney, dirigiu-se às mães brasileiras com as suas mentiras habituais. Será que ele pensou nas esposas dos trabalhadores demitidos que também são mães? Certamente que não pensou nestas mães.

Na refinaria Getúlio Vargas, em Araucária, seis diretores do Sindicato dos Trabalhadores em Refino de Petróleo tiveram seus contratos de trabalho suspensos para apuração de falta grave. Entre eles está o Presidente da CUT estadual, Paulo

Roberto Sequinel. Os demais, também trabalhadores da refinaria, foram demitidos por justa causa, como Alexandre Moscalowski, Manoel Ricardo Pereira e Enio dos Santos.

As punições pela greve dos dias 03 e 04 de mês não ficaram só nestas demissões e suspensões dos contratos dos sindicalistas, 10 outros trabalhadores foram suspensos por 3 dias e uma infinidade de grevistas advertidos por escrito.

O quadro nacional é ainda mais desalentador. Entre os Petroleiros as demissões já superam o número de cinquenta. Na Vale do Rio Doce, as demissões já passam de uma centena. E por aí poderíamos enumerar outras tantas arbitrariedades praticadas pelo Governo.

Em diversas ações julgadas pela Justiça ficou comprovada a inconstitucionalidade do decreto que congelou a URP.

Da mesma forma que é inconstitucional o projeto do Governo Alvaro Dias, aprovado por esta Casa, extinguindo a URP no Estado do Paraná. Mas o desgoverno que reina no País ameaça todas as instituições. O Poder Executivo investe contra o Poder Judiciário questionando suas decisões. A reunião mantida por José Sarney no dia de ontem com os Presidentes dos Tribunais Superiores deixa clara esta intenção de coagir o Poder Judiciário.

Mas acreditamos na postura digna dos nossos Magistrados que não se deixarão dobrar pelas pressões tresloucadas do go-

verno Sarney.

Enquanto todos estes fatos se desenrolam, qual tem sido a postura do nosso Governador? Por acaso tem sido em defesa dos trabalhadores? Não. Ele há muito tempo que não muda de pele. Ele já não consegue mais se indignar com a miséria do povo. Alvaro Dias aplaude as medidas tomadas por José Sarney. Sarney demite e o Governador diz amém. Sarney impõe arrocho aos trabalhadores e ele se antecipa e aprofunda o golpe. Os dois transgridem a lei, ou procuram coagir o Poder Judiciário. É uma subversão de valores que lança o País à beira do caos.

A complacência dos homens que poderiam questionar as arbitrariedades abrem, perigosamente, espaço para o retrocesso para que ele se instale no País. O povo já abandonou o PMDB há muito tempo.

Acabaram-se as ilusões. Agora, as convenções já não atraem mais o povo. São apenas os caciques que se reúnem e insistem em não perceber que a tribo já abandonou. É o trágico destino dos Partidos que traem os interesses populares. Em breve o PMDB, certamente vai se juntar à tumba das legendas esquecidas. A não ser que suas fileiras que ainda mantêm frágeis compromissos com o povo tenham a coragem de romper

com os atrelamentos deste Poder perverso, representado pelo Governo Sarney.

A Nova República está esaurindo as forças do PMDB, está devorando seus compromissos. E o povo assiste a tudo isto, incrédulo e desiludido.

Que se levantem as antigas vozes, que se faziam ouvir em favor da liberdade e em favor da dignidade dos trabalhadores.

Gostaríamos, também, que através de um Requerimento expedido por este Parlamento, que fosse apreciado e aprovado por este Plenário, e que encaminhássemos expediente às autoridades que estão desrespeitando os trabalhadores que se manifestam de maneira organizada.

Era isto, Senhor Presidente. Era isto, Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Amilbelli) - Consulta à Liderança do Partido Liberal, se fará uso do seu tempo.

Declina.

Havendo declinado, consulta à Liderança do Partido Democrático Social se fará uso do seu horário.

Declina.

Havendo declinado, consulta à Liderança do Partido da Frente Liberal se fará uso do seu horário. Concedo a palavra ao Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, ao lon-

go das Legislativas, que marcam a minha presença neste Casa, este Deputado, desde o início, vem se preocupando e se manifestando acerca de um dos assuntos mais graves na economia do Estado do Paraná, que é o do cancro-cítrico e a citricultura, pelos pomares cítricos do Paraná.

Esta Casa instituiu na Legislatura anterior, uma Comissão Especial para tratar do assunto, e o tratou com afinco. Fizemos parte dela em companhia do Deputado Orlando Pessuti e do Deputado Paulo Furiatti. Fizemos algumas viagens para o interior, acompanhamos uma comitiva, com um grande número de prefeitos a Brasília, quando Ministro da Agricultura, o atual Governador do Rio Grande do Sul. E logo após a visita de Lideranças do Paraná àquele Ministério, o Senhor Ministro veio a Londrina e assinou uma portaria, não liberando o Paraná para o plantio de frutas cítricas. Mas, abriu um horizonte, uma perspectiva, para que o Paraná viesse logo em seguida a implantar os seus pomares, já que o nosso Estado vem importando, e comprando, do Estado de São Paulo, cerca de 90% do seu consumo de frutas cítricas.

Estamos assistindo e estamos acompanhando com o maior interesse os contatos feitos recentemente pelo Governo do Estado, através do Secretário de Estado da Agricultura, Dr. Osmar Dias, com autoridades e empresários americanos, objetivando implantar indústria, especialmente de suco de laranja nas regiões de Maringá e Paranavaí, e eu que sou daquela região, do Noroeste do Paraná, considero como, talvez, o maior projeto econômico que poderá o Senhor Álvaro Dias perseguir durante o seu mandato, e conseguir êxito, porque os números em dólares que são exportados em suco de laranja para os Estados Unidos, chegam a aproximar-se dos primeiros lugares das nossas exportações. Chegou a ocupar o 7º e o 8º lugar na economia nacional.

Portanto, Senhores Deputados, o estímulo ao plantio dos pomares de laranja, de limão, de tangerina, de ponkã no Paraná, especialmente nas áreas e nas microrregiões de Maringá e Paranavaí são objeto da nossa atenção, da nossa preocupação e do nosso lamento.

É evidente que a nossa palavra nesta tribuna tem sido de coerência, de uma Bancada de Oposição, mas neste caso, quando está em jogo o interesse do Paraná, quando a economia do Paraná fala mais alto, queremos nos congratular com o Senhor Secretário de Estado da Agricultura e também com o Senhor Governador do Estado, na busca da implantação da citricultura paranaense. Se o Paraná não dispõe de produção maior de laranja, de limão, de citros em geral, é por incompetência paranaense. Não podemos culpar a política paulista que tem

inibido o Paraná de produzir citros.

Temos que reconhecer que faltou competência paranaense para que pudéssemos fazer com que o Paraná produzisse pelo menos para o seu consumo interno, e é uma vergonha que tenhamos que comprar 90% do que consumimos, dos pomares vizinhos de São Paulo.

O Sr. Eduardo Baggio - Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento).

Vossa Excelência aborda nesta tarde a respeito da citricultura, principalmente no Noroeste do Paraná, do qual nós dois pertencemos.

Eu queria também lembrar Vossa Excelência do empenho que hoje o Governo do Estado, na pessoa do Governador Álvaro Dias e, principalmente, na pessoa do Secretário de Estado da Agricultura, companheiro Osmar Dias, no tocante a uma implantação de uma indústria de citros naquela região do Noroeste do Paraná.

É evidente que está havendo ainda no momento, as disputas ou da região de Maringá ou da região de Paranavaí para que seja instalada ali a sua sede da indústria. É evidente que os estudos técnicos já foram ditos e já constam dos próprios estudos da Secretaria de Estado da Agricultura, que a região de Paranavaí é a mais propícia para o plantio de citros.

Eu gostaria que Vossa Excelência somasse aos nossos esforços no tocante à luta que estamos empreendendo, evidentemente, não vai ser só a nossa opinião que vai prevalecer, mas sim dos próprios industriais americanos que vão dar a última palavra, quanto à localização da sua indústria, mas é evidente que precisamos dar à nossa contribuição política para que a nossa região Noroeste do Paraná, seja ela a sede da primeira indústria de citros do Paraná.

Obrigado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Obrigado pelo aparte do Deputado Eduardo Baggio que tem sido incansável na busca, nos propósitos dessa Assembléia, através da Comissão ou não, de fazer com que nós nos desvinculássemos dessa política curta de inteligência até certo ponto, que vem travando o Paraná há 20 anos, impedindo que nós plantemos laranjas, quando São Paulo, Santa Catarina, Mato Grosso, plantam e nós sabemos perfeitamente, Deputado Eduardo Baggio, o esforço, o trabalho e a presença de Vossa Excelência, todas as vezes que essa Casa tem se manifestado a respeito.

Concedo o aparte ao Deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Apenas Deputado Ba-

sílio Zanusso, para parabenizar Vossa Excelência. Eu sou testemunha de que Vossa Excelência há muito tempo está nessa trincheira de luta, mesmo antes de eu vir para esta Casa, Vossa Excelência, já se encontrava nessa trincheira de luta, eu me lembro muito bem.

E a nossa Região, tem que lutar com forças, unidos, de mãos dadas, para tirar esse poderio que São Paulo parece ter, e que só existe talvez, por falta de uma voz firme, por parte do Estado do Paraná.

Portanto, Vossa Excelência, está de parabéns e conte com o apoio maciço das forças políticas da Região de Maringá.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Muito obrigado, Deputado Ferrari Júnior.

Como nós dissemos não interessa muito, se a primeira indústria será instalada em Maringá ou Paranavaí, ou que as primeiras sejam instaladas nas duas Regiões.

Mas o importante, é que o Governo do Estado já tem se manifestado e se voltado para aquela Região, especialmente do arenito do Caiuá, prejudicada pela erosão, que desvaloriza as propriedades, que ameaça a zona urbana e também a rural, e a erradicação da nossa cafeicultura foi terrível para a nossa economia.

Depois vieram as plantações, a cultura de cana-de-açúcar, pela instalação de algumas usinas, mas em algum tempo, não muito longe, falou-se na instalação de mil microdestilarias na nossa Região de Arenito, depois acabaram sendo instaladas 10 ou 15 pequenas destilarias, porque não teve o êxito esperado.

E para aquela Região os efeitos maléficos da erosão, rural e urbana principalmente, que não pode se dar o tratamento e a cultura da soja e do trigo, porque tem que revolver a terra duas vezes por ano.

Nós acabaríamos transformando o Arenito do Caiuá, num enorme deserto paranaense. E vem calhar agora uma reivindicação antiga, mas que nós da Oposição, rendemos essa homenagem ao Governo do Senhor Álvaro Dias, na busca, na implantação dessa cultura, que pode salvar as nossas terras da erosão, e a economia do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência, consulta à Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro, se fará uso do seu tempo.

(Declina). Havendo Declinado e encerrado o Horário do Expediente, passamos à

ORDEM DO DIA

com a presença de 47 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelos Senhores Deputados Haroldo Rodrigues

Ferreira, Antônio Bárbara, José Rogério Carvalho e demais Senhores Deputados, constantes do expediente, indicando o nome do Senhor Deputado Paulo Furiatti para Presidente da Comissão de Defesa ao Consumidor. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhores Deputados Paulo Furiatti, Antônio Costenaro Neto, Domingos Scarpellini e demais Senhores Deputados, constante do expediente, indicando o nome do Senhor Deputado Sabino Campos para a Presidência da Comissão de Agricultura desta Casa. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

O SR. ANTONIO BELINATI - Senhor Presidente, se a assessoria de Vossa Excelência, puder nos informar posteriormente, sobre o Tribunal Regional Eleitoral ter divulgado ontem uma instrução, fixando o número de Vereadores para cada Município. Existem cidades aqui no Paraná que poderão perder 10 Vereadores. Vai haver uma redução no número de Bancada. Então, eu pediria uma informação posterior, se esses projetos que estamos votando e aprovando aqui, não vão de encontro, e não ferem as normas do Tribunal Regional Eleitoral.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Essa Presidência, informa a Vossa Excelência, que já tomou as providências a respeito das notícias, divulgadas pela "Gazeta do Povo", que vários Municípios perdem o número de Vereadores. Inclusive, já mandou fazer um estudo, e nesta semana, daremos conhecimento deste estudo a todos os Senhores Deputados.

E estes projetos que estão apenas sendo apoiados, que terão sua tramitação através de Comissões, até lá nós já teremos uma definição a respeito.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando licença para viajar ao exterior, em companhia ao Senhor Secretário de Estado do Trabalho e Ação

Social, para visitar a Universidade do Trabalho da Venezuela. Aprovado.

Ofício de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, na qualidade de Presidente da Comissão de Tomada de Contas, constante do expediente, comunicando sua posse como Presidente da referida Comissão, cabendo a Vice-Presidência ao Senhor Deputado Antônio Belinati. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando a permanência da mesma representação dos Senhores Deputados do Partido, nas Comissões Permanentes da Casa. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando preferência de votação ao Projeto de Lei n. 74/88. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 74/88, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 52/88), dispõe que compete ao Poder Executivo, através da Secretaria Especial de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, da Casa Civil e das Secretarias de Estado da Administração e da Fazenda, o controle administrativo-financeiro das Instituições de Ensino Superior - I.E.S., mantidas pelo Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., por maioria, e da C.E., por unanimidade, na forma da EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL da C.C.J.. Com EMENDAS DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário em número de 8 (oito), de autoria de diversos Senhores Deputados, nos seguintes termos:

SUB-EMENDA MODIFICATIVA AMPLIATIVA,
à EMENDA N° 04, DE PLENÁRIO DE N° 05.

Inclua-se onde couber:

Caberá ainda ao referido Conselho, estudos de viabilidade objetivando a estadualização da atual Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Umuarama ou, a criação da Universidade Estadual do Noroeste, com sede em Umuarama.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(aa) HAROLDO RODRIGUES FERREIRA,
NELSON VASCONCELLOS, NILTON BARBOSA,
HERMAS BRANDÃO, DIRCEU MANFRINATO,
JOSÉ FELINTO e ANIBAL KHURY.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 06

Art. 1° - Fica criado um Conselho com a finalidade de analisar a viabilidade de novos cursos e a criação da Universidade Estadual do Vale do Iguaçu, composta pela Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras - FAFI - e pela Faculdade Municipal de Administração e Ciências Econômicas - FACE - de União da Vitória.

Parágrafo Único - O Conselho será composto, paritariamente, por membros das Faculdades e do Poder Executivo.

Art. 2° - Autoriza o Poder Executivo a estudar o repasse de recursos, a serem incluídos no Orçamento de 1989, para a Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras (FAFI) e para a Faculdade Municipal de Administração e Ciências Econômicas - FACE - de União da Vitória, recursos estes, proporcionais ao montante destinado às demais Faculdades Estaduais do mesmo porte.

Art. 3° - O prazo para conclusão do estudo em questão, será de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data da publicação.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

Apoiamto: Orlando Pessuti, Eduardo Baggio, Pirajá Ferreira, Anibal Khury e Hermas Brandão.

SUB-EMENDA ADITIVA À EMENDA ADITIVA N° 04,
DE PLENÁRIO DE N° 07.

Art. ... - "Inclua-se nos Artigos 1° e 2° da Emenda Aditiva n° 04 ao Projeto de Lei n° 074/88 a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Palmas - FAFI e Faculdade Reunidas de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas de Palmas - FACEPAL".

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(aa) JOÃO ARRUDA, ANTÔNIO ANNIBELLI,
LAURO LOBO ALCANTARA, ANIBAL KHURY,
PAULO FURIATTI, JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO,
TADEU LÚCIO MACHADO, ORLANDO PESSUTI,
HERMAS BRANDÃO, EDUARDO BAGGIO
e PIRAJÁ FERREIRA.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 08

Art. 1° - Fica criado um Conselho com a finalidade de analisar a viabilidade de novos cursos e a criação da Universidade Estadual de Paranavaí, composta pela Fundação Faculdade Municipal de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí - FAFIPA.

Parágrafo Único - O Conselho será composto, paritariamente, por membros da Faculdade e do Poder Executivo.

Art. 2° - Autoriza o Poder Executivo a estudar o repasse de recursos, a serem incluídos no Orçamento de 1989, para a Fundação Faculdade Municipal de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí - FAFIPA,

recursos estes, proporcionais ao montante destinado às demais Faculdades Estaduais do mesmo porte.

Art. 3º - O prazo para conclusão do estudo em questão, será de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data da publicação.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) EDUARDO BAGGIO

Apoio: Orlando Pessuti, Antônio Annibelli, Anibal Khury, Hermas Brandão e Pirajá Ferreira.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 09

Art. 1º - Fica criado um Conselho com a finalidade de analisar a viabilidade de novos cursos e a criação da Universidade Estadual de Bandeirantes, composta pela Fundação Faculdade de Agronomia LUIZ MENEGHEL (FFALM).

Parágrafo Único - O Conselho será composto, paritariamente, por membros da Faculdade e do Poder Executivo.

Art. 2º - Autoriza o Poder Executivo a estudar o repasse de recursos, a serem incluídos no Orçamento de 1989, para a Fundação Faculdade de Agronomia LUIZ MENEGHEL (FFALM), recursos estes, proporcionais ao montante destinado às demais Faculdades Estaduais do mesmo porte.

Art. 3º - O prazo para conclusão do estudo em questão, será de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data da publicação.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoio: Orlando Pessuti, Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Anibal Khury e Pirajá Ferreira.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 10

Art. 1º - Fica criado um Conselho com a finalidade de analisar a viabilidade da criação da Universidade Estadual do Centro do Paraná com sede em Ivaiporã.

Parágrafo Único - O Conselho será composto paritariamente por membros do Legislativo Municipal de Ivaiporã, da Comunidade local e do Poder Executivo do Paraná.

Art. 2º - O prazo para conclusão do estudo em questão, será de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data da publicação.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoio: Gernote Kirinus, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Nelson Vasconcellos.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 11

Art. 1º - Fica criado um Conselho com a finalidade de analisar a viabilidade de

novos cursos e a criação da Universidade Estadual do Vale do Ivaí, composta pela Fundação Faculdade Estadual, Ciências Econômicas de Apucarana e pela Fundação Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Jandaia do Sul.

Parágrafo Único - O Conselho será composto, paritariamente, por membros das Faculdades do Poder Executivo.

Art. 2º - Autoriza o Poder Executivo a estudar o repasse de recursos a serem incluídos no Orçamento de 1989, para a Fundação Faculdade Estadual Ciências Econômicas de Apucarana e para a Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jandaia do Sul, recursos estes proporcionais ao montante destinado às demais Faculdades do mesmo porte.

Art. 3º - O prazo para a conclusão do estudo em questão, será de 180 (cento e oitenta) dias a partir da data da publicação.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoio: Tadeu Lúcio Machado, Antônio Annibelli, Nelson Vasconcellos e Amélia Hruschka.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 12

Art. 1º - Fica criado um Conselho com a finalidade de analisar a viabilidade de instalação do Curso de Medicina da Universidade Estadual de Ponta Grossa, instituído pelos Decretos Estaduais nº 18.111, de 28 de janeiro de 1970 e 18.613, de 24 de março de 1970.

Parágrafo Único - O Conselho será composto, paritariamente, por membros da Universidade Estadual de Ponta Grossa e do Poder Executivo.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a estudar o repasse de recursos, a serem incluídos no Orçamento de 1989, para a instalação do curso referido no artigo anterior.

Parágrafo Único - Estes recursos serão proporcionais ao montante destinado a curso análogo, da Universidade Estadual de Londrina.

Art. 3º - O prazo de conclusão do estudo em questão, será de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data de publicação da presente lei.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Apoio: Acyr Mezzadri, Irondi Pugliesi, Ferrari Júnior, Erondy Silvério, Homero Oguido, José Felinto, Nelson Vasconcellos, Dirceu Manfrinato, João Arruda, Nestor Baptista, José Alves, Amélia Hruschka e 1 assinatura ilegível.

Ainda sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagnão Mattos Leão, constante do expediente, so-

licitando o encerramento da discussão do Projeto de Lei nº 74/88. - Aprovado.

O SR. ANTONIO BELINATI - (Pela Ordem) Solicito verificação de votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Solicito chamada nominal dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência, em virtude da presença da maioria dos Srs. Deputados deixa de acatar o pedido de V. Exa., porque da verificação de votação, temos certeza de que mais de 30 Srs. Deputados se encontram presentes.

Os Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Artagão Mattos Leão, reque-rendo encerramento de discussão para o Projeto nº 74/88, queiram levantar-se.

Os Deputados que rejeitam, queiram le-vantar-se.

Vinte e nove Srs. Deputados aprovam; 10 rejeitam. Está aprovado.

Obedecendo a preferência de votação, 3.^a Discussão do Projeto de Lei nº 74/88. Votação. - Aprovado.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Requei-ro registro do meu voto contrário.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela ordem) So-lícito também que se faça registrar o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Es-ta Presidência fará anotar o voto con-trário de todos os Deputados de Oposição, inclusive o do Deputado Edmar Luiz Costa.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem) Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Es-ta Presidência fará a votação das emendas, e daí V. Exa. poderá fazer a ve-rificação devida.

Emenda nº 01, de autoria do Deputado Nereu Carlos Massignan, ao Substitutivo Geral da CCJ, já aprovado em 2.^a Discus-são.

Os Deputados que aprovam a emenda per-maneçam como estão. - Aprovada.

Contra, o voto dos Deputados da oposi-ção, inclusive do Deputado Edmar Luiz Cos-ta.

Esta Presidência mandará registrar os votos contrários dos Partidos de Oposição.

O SR. ANTONIO BELINATI - (Pela Ordem) So-llicitaria, Sr. Presidente, que V. Exa. nominasse os Deputados que votaram contra.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) De-putados Edmar Luiz Costa, Pedro Tonel-

li, Algaci Túlio, Valderi Mendes Vilela, Antônio Belinati, Basílio Zanusso, Alexan-dre Ceranto, Antônio Costenaro Neto, João Arruda, Werner Wanderer, Esequias Losso e Luiz Alberto Oliveira.

Esta Presidência mantém a decência com que os outros Deputados se conduziram, in-clusive o Deputado Luiz Alberto Oliveira e não aceita o dedurismo de Vossa Excelên-cia.

O SR. NESTOR BAPTISTA - (Pela Ordem) Sr. Presidente, eu apenas consultaria a Mesa, dado o meu desconhecimento total do Regimento Interno, no caso de se registrar nome por nome de cada Deputado votando desta ou daquela maneira.

A mim parece, Sr. Presidente, que o Regimento Interno determina que, quando da votação nominal, tenhamos como se portou este ou aquele Deputado e tem se tornado prática, em várias sessões na Casa, nomi-nar os Srs. Deputados, e eu gostaria de saber de Vossa Excelência se o Regimento Interno da Casa contempla este tipo de vo-tação.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Es-ta Presidência tem adotado, democrati-camente, uma maneira mais tranqüila com que os Srs. Deputados possam identificar os seus votos, então, englobadamente, esta Presidência tem aceito nominar os votos, porque cada um poderia fazê-lo através de uma declaração de voto, então, para que não acumulemos de papéis esta Presidência, temos simplesmente aceito a declaração verbal dos Srs. Deputados.

Emenda número 2 - Inclui o parágrafo único no Artigo 4º; fica assegurada a criação e implantação dos Cursos de Odon-tologia e Medicina, da Fundação Universi-tária de Maringá, nos moldes da Lei Muni-cipal nº 2319/88, de 29.12.87. Em votação. - Aprovado.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem) É apenas, Sr. Presidente, para fazer uma indagação; os Srs. Deputados não precisam ficar nervosos, é com relação à Facul-dade de Maringá, à Universidade de Marín-gá?

Eu agradeço a informação, Sr. Presi-dente.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem) Voto favorável a esta Emenda, Excelên-cia, porque é a única que tem sua legali-dade figurada, dentro do contexto de toda ilegalidade apresentada nesta Casa, porque o Poder Público Municipal de Maringá assu-miu os encargos, por seis anos; ela é constitucional, é meu ponto de vista, e gostaria que Vossa Excelência registrasse.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência anota que foi aprovada, por unanimidade, como o foi na última sexta-feira.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - (Pela Ordem)
Só para registrar a ausência do Deputado de Maringá, Lindolfo Júnior, que não está presente para votar a emenda.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) As listas de presença anotam a ausência do Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem)
Gostaria de fazer um acréscimo que, dentro da mesma matéria, o mesmo Deputado consegue votar três vezes da mesma forma, uma a favor, uma contra e uma neutro. Isso é inédito neste Parlamento.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Emenda n° 03, de autoria do Deputado Artagão Mattos Leão. (Lê a Emenda).

Em votação. Aprovada, com voto contrário dos Srs. Deputados que anteriormente já solicitaram.

Emenda n° 04, de autoria do Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, devidamente apoiada. (Lê a Emenda) Em votação. - Aprovada, por unanimidade.

Emenda de autoria do Deputado Antônio Annibelli, devidamente assinada por vários Deputados. - Em votação. - Aprovada.

Emenda de autoria do Deputado Antônio Annibelli e outros. Emenda Aditiva. Em votação. - Aprovada por unanimidade.

Emenda do Deputado Eduardo Baggio, devidamente apoiada. Em votação. - Aprovada.

Emenda do Deputado Hermas Brandão, devidamente apoiada. Em votação. - Aprovada, por unanimidade.

Emenda do Deputado Djalma de Almeida César, devidamente apoiada. - Em votação.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Para encaminhar)
Sr. Presidente e Srs. Deputados.

A vida é feita de fatos e de fatos. E existem homens e existem outros homens.

Na reunião de sexta-feira, eu anunciei no Plenário desta Casa, a apresentação de uma emenda, autorizando a implantação do Curso de Medicina e de Enfermagem na Universidade Estadual de Ponta Grossa, já criada legalmente através de uma lei estadual.

Tive a decência e a honestidade de me dirigir ao colega Djalma de Almeida César e convidá-lo para que assinasse comigo a Emenda. Seriam os dois Deputados Estaduais de Ponta Grossa, apresentando a emenda autorizando a implantação, porque não há mais que se discutir a viabilidade do Curso de Medicina em Ponta Grossa. Se existe lei, há apenas a necessidade da autoriza-

ção para a implantação.

O Deputado Djalma de Almeida César disse que me procuraria na manhã de hoje, para dar a resposta se assinaria ou não a minha emenda. Infelizmente não tive a satisfação de ouvi-lo nem por telefone, nem pessoalmente me deu a resposta.

E agora fico ainda, abismado, com a conduta da Secretaria desta Mesa. Eu fui o primeiro a apresentar uma emenda na tarde de hoje, e a minha emenda está sendo deixada por último.

E invoco o testemunho dos próprios funcionários, porque quando perguntei se existiam emendas de terceiro turno, me afirmaram "Virão bastante, mas não veio nenhuma até agora."

A minha, realmente foi a primeira. Eu manifesto o meu protesto e deixo registrado nos Anais da História que não quis fazer demagogia. Convidei o meu colega de Ponta Grossa, para que assinasse a emenda comigo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência informa que Vossa Excelência tem razão, e votará as duas outras emendas, porque Vossa Excelência também apresentou uma emenda neste sentido, e deixará para votar as duas em último lugar, ou fará fusão das duas emendas, como Vossa Excelência e o Deputado Djalma...

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Mas são completamente diferentes as duas emendas, nobre Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Então esta Presidência deixará para votar por último.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Mas primeiro a minha, porque foi apresentada por primeiro.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência defere e lhe dá razão na questão levantada por V. Exa.

Emenda dos Deputados Nilton Barbosa e Nelson Vasconcellos. (Lê a Emenda).

Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão. - Aprovada.

Emenda do Deputado Orlando Pessuti. (Lê a Emenda).

Em votação. Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão. - Aprovada.

Emenda do Deputado Edmar Luiz Costa. (Lê a Emenda).

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Para encaminhar)
Sr. Presidente, na realidade eu não discutirei a emenda, sei qual é o destino dela.

Ocupo a tribuna neste instante apenas

para solicitar de Vossa Excelência a retirada de dois requerimentos de minha autoria, que estão dormindo nesta Casa há mais de uma semana, através dos quais eu pretendia que se retirasse o Regime de Urgência que pesa sobre o Projeto que já foi aprovado em 3º turno, estamos discutindo e votando as emendas, bem como, o outro requerimento que solicitava o estabelecimento de uma assembléia popular, ou pelo menos pública, não popular, através da qual, todos os segmentos da vida universitária pudessem ser ouvidos por esta Casa. Por sinal o requerimento, que nada mais fez do que repetir uma decisão tomada pela Comissão de Educação desta Casa. Eu retiro os dois requerimentos, porque sei também qual será o destino deles, é o destino da vala comum, que foi estabelecida para que os atos democráticos sejam enterrados na vala da ditadura.

Finalmente, Senhor Presidente, quero deixar um recado, ou pelo menos um desabafo. Sua Excelência, o Excelentíssimo Governador do Estado, Professor Álvaro Dias, em entrevista a uma emissora de televisão, afirmou na quinta ou na sexta-feira, que os Deputados que votaram contra a sua mensagem relativa à queda da autonomia da Universidade, estavam brincando com coisa séria. Eu quero apenas afirmar a ele que não estou brincando com coisa séria, eu estou sendo sério, e tendo bom senso, discutindo a questão mais séria deste Estado que é o futuro das novas gerações. E quero fazer um repto, a Sua Excelência, o Governador do Estado para que aceite o convite, venha a esta Casa ou ao local em que ele desejar, presentes os reitores, presentes os professores de faculdades isoladas, presentes os representantes dos professores, dos funcionários do meio universitário estudantes, e vamos debater seriamente o problema universitário do Paraná.

Meu muito obrigado, e meu muito obrigado aos companheiros que nos têm acompanhado nesta batalha em torno da autonomia universitária. E o meu respeito integral aos meus companheiros da Bancada do PMDB, porque entendo perfeitamente a posição que eles estão tomando.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Esta Presidência informa a Vossa Excelência que o vosso requerimento datado do dia 26 de abril, que retira a urgência do Projeto 74, encontra-se na Ordem do Dia, não tendo sido votado em virtude da desordem que fizeram os reitores e os universitários desta Casa.

O Sr. Edmar Luiz Costa - Permite-me Vossa Excelência a culpa não é da mesa, a culpa foi de quem pediu para discutir esse requerimento, poderia ter sido votado an-

teriormente, a Mesa não tem culpa, reconheço.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- E na sexta-feira, em virtude de ser sessão Extraordinária não poderia ter sido votado. Será votado hoje Deputado Edmar Luiz Costa.

O Sr. Edmar Luiz Costa - Eu já pedi a retirada, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Esta Presidência defere e será retirado, de acordo com o requerimento verbal de Vossa Excelência.

O Sr. Valderi Mendes Vilela- (Pela Ordem)- Tem um requerimento nosso também, pedindo a votação nominal, eu gostaria de saber se foi votado, porque, se não foi, eu gostaria de pedir a retirada.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Esta Presidência informa a Vossa Excelência que não foi votado, e defere o requerimento verbal de Vossa Excelência.

Em votação a emenda do Deputado Edmar Luiz Costa, e com a palavra o Deputado Artagão Mattos Leão, para encaminhá-la.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Senhor Presidente nós até entendemos o posicionamento e a manifestação do ilustre Deputado Edmar Luiz Costa, mas há de se considerar que a sua emenda como a emenda dos Deputados Ferrari Júnior e Antonio Bárbara têm diferenças, diferenças básicas. Na emenda apresentada pelos Deputados Ferrari Júnior e Antônio Bárbara estava anexada uma Lei Municipal onde a Prefeitura de Maringá se encarregaria das despesas até 1993. Esta emenda do ilustre Deputado Edmar Luiz Costa, não vem com nenhuma Lei Municipal em anexo. Por isso, Senhor Presidente, o que deverá onerar o erário público e nós consideramos desta forma até inconstitucional, a Bancada do PMDB deverá votar contrária a esta emenda.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Em votação a emenda do Deputado Edmar Luiz Costa. Os Deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovada.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem)- Peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Esta Presidência defere o requerimento de Vossa Excelência e procederá à verificação devida.

Os Senhores Deputados que aprovam a emenda do Deputado Edmar Luiz Costa, queiram levantar-se. Esta Presidência mandará

votar. Treze Senhores Deputados aprovam. Os Deputados que rejeitam queiram levantar-se. Vinte e cinco Senhores Deputados rejeitam. Está rejeitada a emenda.

O SR. ANTÔNIO BELINATI-(Pela Ordem) - Solicito registrar meu voto a favor da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Esta Presidência já registrou o vosso voto favorável.

Emenda do Deputado Djalma de Almeida César. Devidamente apoiada.

Fica criado o Conselho com a finalidade de analisar a viabilidade da instalação do curso de Medicina, na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Instituído pelos Decretos Estaduais 18.111, em 28 de janeiro de 1970, e 18.613, em 24 de maio de 1970. Aprovado.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Requeiro que conste o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Esta Presidência mandará anotar o voto contrário de Vossa Excelência e do Deputado Algaci Túlio.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei 74/88. Em votação. Aprovado.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem)- Senhor Presidente. Apenas para destacar a posição do ilustre Deputado Algaci Túlio, que em todas as outras emendas idênticas a esta do Deputado Edmar Luiz Costa, ele votou favorável, e, demonstrando que o seu problema é realmente pessoal contra o Deputado Djalma de Almeida César, votou contra a emenda do Deputado Djalma de Almeida César.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem)- Senhor Presidente.

Senhor Presidente, eu tenho a liberdade de votar da maneira que melhor eu entender. Eu quis votar favorável à emenda do Deputado Edmar Luiz Costa, e votar contra o Deputado Djalma de Almeida César. É um direito que eu tenho. Eu acredito que não queira me liderar, o Líder do PMDB: lidere a sua Bancada, e não a minha pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Pela Ordem, o Deputado Edmar Luiz Costa.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Eu quero justificar, Senhor Presidente, porque a colocação do Deputado Artagão Mattos Leão, no mínimo foi muito infeliz.

Ocorre que, em Maringá não existe Lei Estadual criando a Faculdade de Medicina e

Enfermagem. E a emenda apresentada pelo Deputado Djalma de Almeida César, cria um Conselho para estudar a viabilidade daquilo que já está estabelecido em Lei.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Viabilidade financeira.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem) Senhor Presidente.

Senhor Presidente, eu pediria a Vossa Excelência que verificasse para mim, o nº da Lei que criou a Faculdade de Medicina ou de Odontologia e Enfermagem, não sei, em Ponta Grossa. O nº da Lei.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- 18.111 e 18.613.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente. Eu quero acompanhar o voto contrário à criação do Conselho, queria que registrasse em Ata.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- A votação já está encerrada e é matéria vencida.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar nº 167/85, de autoria do Deputado Anibal Khury, que acresce o § 3º ao Art. 171, da Lei nº 6.174, de 16.11.70, conforme especifica. (O mês de referência que servirá para base de cálculo dos acréscimos referidos neste artigo e no precedente corresponderá àquele imediatamente anterior ao que ocorrer a implantação do Pagamento). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando o cancelamento do Regime de Urgência do Projeto de Lei Complementar nº 167/85. Aprovado.

Ainda sobre o mesmo, requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando a retirada por 20 (vinte) Sessões, do Projeto de Lei Complementar nº 167/85- Aprovado. Fica portanto, retirado por 20 (vinte) Sessões, o Projeto de Lei Complementar nº 167/85.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 125/87, de autoria do Deputado Paulino Delazeri, que declara de Utilidade Pública, a Sociedade Nipo-Brasileira de Campo Mou-

ção, com sede e foro na cidade de Campo Mourão. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 148/87, de autoria do Deputado Paulo Furiatti, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA SÃO PAULO, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 365/87, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA ESTADUAL 31 DE MARÇO - A.P.M., com sede e foro em Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 01/88, de autoria do Deputado Basílio Zannusso, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PARANACITY- APAE, com sede e foro no Município de Paranacity. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 56/88, de autoria do Deputado Antônio Annibelli, que declara de Utilidade Pública o MOVIMENTO LEIGO APOSTOLOS DO TERÇO, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 52/87, oriundo do Parecer Favorável da C.C.J., que autoriza a realização de Plebiscito no Distrito de Ouro Verde do Oeste, visando sua elevação à categoria de Município. (anexado ao Projeto de Lei n° 206/86). Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 39/88 (Mensagem n° 45/88- Ex-Proposição n° 53/88), oriundo do Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova Convênios com Termos Aditivos datados de 09.02.88, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, e os Municípios que especifica, objetivando a elaboração de projetos finais de engenharia para implantação da infra-estrutura e equipamentos comunitários nesses Municípios, e para os mesmos fins, cópia autêntica do Convênio n° 06/87, celebrado em 03.09.87, entre o Estado (SEDU) e o Município de Paranaguá, com idênticos objetivos. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n°

285/87, de autoria do Deputado Artagão Mattos Leão, que autoriza o Poder Executivo a cancelar as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade incidentes no imóvel matriculado sob n° 9.919 do 3° Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Guarapuava. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 324/87, de autoria do Deputado José Felinto, que declara de Utilidade Pública o LAR EBEN-EZER, com sede e foro no Município de Apucarana. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 341/87, de autoria do Deputado Eduardo Baggio, que declara de Utilidade Pública, o LAR ESPÍRITA FRATERNIDADE DE VALORAÇÃO DA VIDA, com sede e foro em Paranavaí. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 358/87, de autoria do Deputado Domingos Scarpellini, que declara de Utilidade Pública a "Associação Espiritualista Luzes de Aruanda", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 360/87, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que denomina de HANS LAPUSE, o acesso rodoviário que liga a sede do Município de Ivaiporã à BR-466, no Município de Jardim Alegre. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C. por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 375/87, de autoria do Deputado Lindolfo Júnior, que declara de Utilidade Pública a "Associação dos Moradores e Amigos dos Bairros Jardim Castelo e Parque São Pedro", no Município de Sarandi. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 02/88, de autoria do Deputado Antônio Annibelli, que denomina Rodovia Prefeito Cícero Barbosa Sobrinho, a estrada PR-484, que liga Capitão Leônidas Marques, Boa Vista da Aparecida a Três Barras do Paraná. Com EMENDA DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, emenda de Plenário de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO AO

PROJETO DE LEI N° 02/88

O artigo 1° - Passará a ter a seguinte redação:

Fica denominada Rodovia Prefeito Cícero Barbosa Sobrinho a Estrada PR-484, partindo da PR 182 à Boa Vista da Aparecida.

Sala das Sessões, em 09.05.88.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

Aprovado o projeto, artigo por artigo.

Emenda. -Aprovada.

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 44/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 40/88), que concede a ONDINA DE MORAES SILVA, viúva do ex-assistente de segurança LEO CALDAS DA SILVA, uma pensão mensal de valor equivalente a 2 (dois) salários-mínimos. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 49/87 (Ex-Projeto de Lei n° 133/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por maioria, que autoriza a realização de plebiscito na área adiante descrita, nos Municípios de Cascavel, Toledo e Céu Azul, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Santa Tereza do Oeste. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 09/88, de autoria do Deputado LUIZ ANTONIO SETTI, que declara de Utilidade Pública a "COMUNIDADE DE ASSISTÊNCIA AOS DEPENDENTES DE DROGAS", com sede e foro na cidade de Jacarezinho. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. 03, de 02.03.88)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 009/88

PARECER:

O presente plano de Lei, de autoria do nobre Deputado Luiz Antônio Setti, visa seja declarada de Utilidade Pública, a Comunidade de Assistência aos Dependentes de Drogas, com sede e foro na cidade de Jacarezinho-Paraná.

O processo, devidamente analisado sob o crivo da Lei n° 6.994, de 10 de janeiro de 1978, encontra-se instruído com toda a documentação exigida, entre eles, Estatutos Sociais, Ata de Constituição, relatório de suas atividades, bem como a inexistência de fins lucrativos e a não remuneração de qualquer de seus membros.

Por essa razão, está apto a ser apreciado por esta Casa de Leis, não havendo impedimentos legais para sua normal tramitação.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 25.04.88.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 12/88, de autoria do Deputado José Afonso Júnior, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA ESTADUAL ROSA SAPORSKI - APM" com sede e foro na cidade de Cambará. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA.03, de 02.03.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 012/88

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado José Afonso Júnior, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Rosa Saporiski - APM", com sede e foro na cidade de Cambará.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela aprovação do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.04.88.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

HERMAS BRANDAO

Relator

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 17/88, de autoria do Deputado Antônio Belinati, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná a JABUR ABDALA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no D.A. 03, de 02.03.88.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 017/88

PARECER:

Através do presente Projeto de Lei, registrado sob o n° 017/88, de autoria do nobre Deputado Antônio Belinati, pretende o mesmo seja concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná a Jabur Abdala.

Anexo, demonstrou o autor do projeto, as lutas e os trabalhos desenvolvidos pela referida pessoa em favor do povo do Paraná.

Por essas razões, e não havendo princípio constitucional violado, o nosso parecer é favorável a aprovação.

Sala das Comissões, em 25.04.88.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente
VALDERI MENDES VILELA
Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 19/88, de autoria do Deputado Antônio Costenaro Neto, que declara de Utilidade Pública a "Associação Rural Recreativa de Barbosa Ferraz", com sede e foro no Município de Barbosa Ferraz. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. 03, de 02.03.88)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 019/88

PARECER:

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado Antônio Costenaro Neto, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a "Associação Rural e Recreativa de Barbosa Ferraz" com sede e foro no Município de Barbosa Ferraz.

Encontra-se o processado devidamente instruído com documentação exigida pela legislação pertinente à matéria - Lei n.º 6.994 de 10.01.78, inexistindo, portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.04.88.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Presidente
BASÍLIO ZANUSSO
Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 24/88, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULA DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA APARECIDA DO BARIGUI DO SEMINÁRIO", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. n.º 05, de 07.03.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 024/88

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Algaci Túlio, o presente projeto de lei tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a "Associação das Senhoras de Caridade de São Vicente de Paula da Paróquia de Nossa Senhora Aparecida do Barigui do Seminário", com sede e foro no Município de Curitiba.

Da análise do projeto, pela justificativa, apresentada pelo seu autor, e pela documentação inserida ao mesmo, comprovam o preenchimento pela entidade, dos requi-

sitos essenciais exigidos pela legislação reguladora da matéria.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.04.88.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Presidente
VALDERI MENDES VILELA
Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 27/88, de autoria do Deputado Artagnão Mattos Leão, que concede o Título de Cidadão Honorário ao Reverendo Doutor Manoel Ferreira, pelos relevantes serviços prestados ao Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. 05, de 07.03.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 027/88

PARECER:

O nobre Deputado Artagnão de Mattos Leão, vem apresentar projeto de lei visando a concessão do título de Cidadão Honorário do Paraná ao Reverendo Doutor Manoel Ferreira.

Da leitura da justificativa que acompanha o Projeto de Lei n.º 027/88, depreende-se o homenageado dedicou grande parte de sua vida à divulgação da palavra de Deus através da implantação de inúmeros templos da Igreja Assembléia de Deus pelo Brasil afora.

Convencidos dos benefícios que o Reverendo Doutor Manoel Ferreira espalhou entre seus irmãos paranaenses e não havendo óbice legal ou constitucional a impedir tal honraria, somos pela aprovação da sua matéria.

Assim sendo, o parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 25.04.88.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Presidente
EDMAR LUIZ COSTA
Relator

Sobre a mesa, Requerimento de n.º 841, de autoria do Senhor Deputado Antônio Anibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 814, de autoria do Senhor Deputado José Felinto, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 804, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 805, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 806, de autoria do

Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 813, de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 818, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 829, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 803, de autoria do Senhor Deputado Acyr Messadri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 835, de autoria do Sr. Deputado Acyr Messadri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 839, de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 847, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 869, de autoria do Senhor Deputado José Felinto, com apoio dos Senhores Deputados Lauro Lobo Alcantara, Dirceu Manfrinato, Sabino Campos e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 821, de autoria do Senhor Deputado José Felinto, constante do expediente. **Em votação.**

Esta Presidência encaminha ao Senhor 1° Secretário para...

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Gostaria de saber, das cópias taquigráficas de pronunciamentos deste Parlamentar e do Deputado Rafael Greca, relacionado a que dia é a que assunto.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Relacionando a prisão das pessoas que lesaram a PROVOPAR.

O SR. ALGACI TÚLIO - Deve ser aquele caso que envolve o Senhor Osmar Dias, então.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - As notas taquigráficas, quem deve saber é Vossa Excelência que fez o pronunciamento.

Requerimento de n. 858, de autoria do Senhor Deputado Esquias Losso, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 776, de autoria do senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 777, de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 778, de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 779, de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 780, de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 781, de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 782, de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 783, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de n. 784, de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 785, de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de n. 787, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 789, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 790, de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, com apoio do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 791, de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 792, de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 793, de autoria do

Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 794, de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, com apoio do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de n. 795, de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de n. 796, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 797, de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 798, de autoria do Senhor Deputado Esequias Losso, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 799, de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente. Rejeitado.

Requerimento de n. 801, de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 802, de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 807, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Rejeitado.

Requerimento de n. 808, de autoria do Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Rejeitado.

Requerimento de n. 809, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Rejeitado.

Requerimento de n. 810, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Rejeitado.

Requerimento de n. 811, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Rejeitado.

Requerimento de n. 812, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Rejeitado.

Requerimento de n. 815, de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 817, de autoria do Senhor Deputado Esequias Losso, com apoio do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n. 831, de autoria do Se-

nhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 832, de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 833, de autoria do Senhor Deputado Luiz Antonio Setti, constante do expediente. Rejeitado.

Requerimento de n. 834, de autoria do Senhor Deputado José Felinto, com apoio dos Senhores Deputados Pirajá Ferreira, Sabino Campos, Vera Agibert, e demais Senhores Deputados, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 838, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 837, de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, com apoio do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Rejeitado.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência defere e fará a devida verificação requerida por Vossa Excelência. Os Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se.

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - (Pela Ordem) Senhor Presidente, eu solicito a leitura do requerimento.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência defere e o Senhor 1º Secretário fará a leitura do requerimento.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Orlando Pessuti) (Lê o requerimento).

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Em votação. Rejeitado. Em virtude da solicitação do Deputado Pedro Tonelli esta Presidência fará a verificação devida.

Os Deputados que aprovam queiram levantar-se. Rejeitado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Requeiro a Vossa Excelência consignar meu voto favorável ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência mandará anotar o vosso voto.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Eu indago a Vossa Excelência qual foi o resultado da votação?

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Oito votos favoráveis, contra 19 contrários.

Requerimento de n. 836, de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente. Rejeitado.

Requerimento de n. 842, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 840, de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. Rejeitado.

Requerimento de n. 844, de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 845, de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente. Em votação.

O SR. NILTON BARBOSA - (Pela Ordem) Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de n. 849, de autoria da Senhora Amélia Hruschka, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 848, de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 859, de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente. Em votação.

O SR. NILTON BARBOSA - (Pela Ordem) Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de n. 860, de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente. Em votação.

O SR. NILTON BARBOSA - (Pela Ordem) Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de n. 697, de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente de sessão anterior. Retirado pelo autor.)

Requerimento de n. 698, de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente de sessão anterior. Retirado pelo autor.)

Requerimento de n. 861, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de n. 865, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 864, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 863, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 867, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 700, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. Rejeitado.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Requerimento de verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta presidência defere e fará a devida verificação.

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - (Pela Ordem) Eu gostaria da leitura da súmula.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência, antes de proceder à votação, determina ao Senhor 1º Secretário, Senhor Deputado Orlando Pessuti, que faça a leitura do requerimento.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Orlando Pessuti) (L2): "Requer o envio de Pedido de Informações ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação"

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - Declino do pedido da leitura.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Devido a solitação do Deputado Paulino José Delazeri, esta Presidência deixa de fazer a continuação da leitura.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Orlando Pessuti) Acabou, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência vai proceder à verificação de votação. Os Deputados que aprovam, queiram levantar-se. Aprovado.

Requerimento de nº 703, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente de sessão anterior. Em votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Vossa Excelência tem a palavra por 10 minutos para discutir a matéria.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu farei bem rapidinho, antes que a Bancada do PMDB esvazie o Plenário.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, se a Bancada disser que aprova eu saio da tribuna. Se voltarem ao Plenário, eu saio da tribuna.

Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado, Deputados. Espero que os senhores tenham a mesma vontade de acertar as coisas, como nós também temos.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, este Pedido de Informações do Deputado Rafael Greca tem sua procedência em razão de uma matéria e mesmo que a Bancada do PMDB não aprecie, faremos que ela conste dos Anais desta Casa, porque o artigo do jornalista Renato Schaitza nas "Filas de Tortura" diz o seguinte: "O Vereador Santiago Losso fez um longo pronunciamento na Câmara protestando contra a má qualidade do serviço de ônibus em Curitiba. E a principal acusação foi pelo quanto o povo está esperando nas filas. E é verdade. Soube da história do menino e do garotão que namoraram, noivaram e casaram numa fila de ônibus. Já se desquitaram, com vários filhos, e o ônibus ainda não chegou. Só que o vereador endereçou mal seu protesto. A culpa pela situação lamentável do transporte em Curitiba, desta vez não é das empresas, é da URBS; a gerenciadora da Prefeitura que dá as tabelas de horários a serem cumpridos.

Como paga por quilômetro rodado, reduziu a frequência dos ônibus. Na administração bela e justa, "como minissaia de mulher bonita", interessa que os ônibus rodem pouco e bem lotados. O transporte agora é do povo.

Como gerenciadora do transporte, a URBS fez publicar uma prestação de contas muito sucinta sobre os dinheiros que arrecada.

Quem presta contas assim é porque não presta. Os giros de dinheiro público devem ser melhor minuciados. Sugiro a algum nobre Vereador que exija melhores detalhes. Da análise dos números revelados, sem maiores explicações, chega-se à constatações escandalosas. Pelos meus cálculos, o fundo de aquisição da frota pública rendeu 4,3% ao mês, a venda de va-

le-transporte 7,3% ao mês.

Existe escândalo maior do que aplicar dinheiro enorme, às taxas tão irrisórias neste País, onde a inflação deve superar 20%. Isto consolida o que dizem boateiros, que algumas contas da Prefeitura - e não são poucas, estariam sendo pagas pelo BANEADO, o que caracteriza uma fraternal fraude de reciprocidade.

Perguntei a um empresário de ônibus porque se deixaram ficar calados, na transformação de contratos de concessão em simples permissão. Era impossível reagir. Tendo o poder de fixar as tarifas, o Prefeito tem força para nos levar à falência em três meses.

Seria inominável alegar a possibilidade de represálias, sendo o Prefeito um homem do porte de Roberto Requião. Não diria que é belo e justo - tenho reputação a zelar, mas que é um político consciente dos limites do poder, isto atesto e assino lá em cima.

Ainda como Deputado foi autor da ação popular contra a Administração Jaime Lerner, que na renovação sem concorrência pública dos contratos do transporte, agora não reagiria em colocar "sub-judice" o novo sistema que implantou na cidade. Pelo contrário, teria obrigação de fazer pé no que instituiu e esperar que uma ação judicial venha a realçar como boas e corretas as políticas de remuneração da URBS. Seria a consagração como sentença passada em juízo.

Aos vereadores cabe antecipar-se na fiscalização do giro do dinheiro público. É a sua maior função.

Para exercitá-la, nossos prestimosos edis ganham bem mais do que a suada passagem de ônibus desembolsada pelo povo.

Hipocrisia, associando-se ao poder permissionário, achavam estes empresários que conseguiriam tranquilizar sua tarefa mais desgastante, que era pleitear as revisões tarifárias.

Realmente o Prefeito de Curitiba tem sido o mais ligeirinho do País em reajustar tarifas. Sobe o diesel num dia, no outro estoura o aumento do ônibus. Está certo. Agora é sócio. Acontece - dizem os empresários, que a URBS não está cobrindo os custos operacionais das empresas, como havia se comprometido. Elas alegam trabalhar no vermelho, por causa dos critérios leoninos adotados pela URBS. Em quem havemos de acreditar? Nestas histórias de órgãos transviados? As empresas devem sair de sua situação lamurienda. Ninguém é obrigado a trabalhar com prejuízo. Existe uma instituição chamada "justiça". Lembra-se dela? Exatamente para clarear as questões. Parem de ter medo. Vão ao Judiciário. Só uma decisão isenta esclarecerá a opinião pública que não agüenta mais dizer palavras nas

filas e nas latas velhas.

Por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que o companheiro Rafael Greca deu entrada a este Pedido de Informações. Ele quer saber e nós queremos saber, que tipo de operações financeiras, contas correntes de movimentos simples, contas correntes remuneradas, operações de mercado aberto de over, open, CDB's ou outras, a Prefeitura de Curitiba mantém com o Banco do Estado do Paraná. Que tipos de empréstimos o Banco concedeu à Prefeitura Municipal de Curitiba, qual o montante destas operações por mês, nos últimos 20 meses, a contar regressivamente desde o mês de abril deste ano de 1988. Comprovar com documentações quais as taxas de juros que o Banco do Estado vem pagando à Prefeitura nos últimos 20 meses. Comprovação com documentos. Cópias de extratos bancários e avisos de lançamento. Idem para as remunerações dos empréstimos.

O jornalista Renato Schaitza, conceituado articulista da imprensa local, e hoje inclusive esta Casa aprovou um artigo de sua autoria, através de um requerimento do líder da Bancada do PMDB, Deputado Artagnão Mattos Leão. Por isso, é um homem que merece toda a nossa credibilidade.

Entendemos que a Administração recém-empossada merece ocasião de defesa pública, e oferecemos para tal o instrumento democrático materializado neste Pedido de Informações da Assembléia Legislativa. É nosso propósito livrar o novo Presidente de dúvidas sobre sua ilibada conduta.

Diz o texto mencionado: "Filas de torturas".

Por isso tudo Senhor Presidente e Senhores Deputados, queremos ficar informados do que realmente acontece. E o Pedido de Informações, o requerimento são, ainda, as únicas armas que ainda restam aos Parlamentares desta Casa. Porque não temos outra maneira, em especial, nós da Oposição, de fiscalizar, se está correta a aplicação da Prefeitura no Banestado, e do Banestado à Prefeitura. Afinal de contas, os argumentos aí estão. As acusações ou pelo menos as possibilidades de alguma coisa anormal dentro deste trabalho, dentro desta conta corrente ou dentro deste procedimento do Banco do Estado com a Prefeitura e vice-versa. Alguma coisa existe. E nós queremos, dentro do espírito democrático que norteia o Governo que aí está, que diz jogar transparente, que a Bancada do PMDB vote favoravelmente.

Como vejo que restou apenas o Deputado Nestor Baptista, Líder do Governo nesta Casa; o Deputado Orlando Pessuti; o Presidente da Casa; a Deputada Amélia Hrushka, o Deputado Sabino Campos, Djalma de Almeida César e agora o Deputado Gernote Kirinus; tenho certeza que mesmo com seus

votos favoráveis, não se furtariam a um Pedido de Informações que procuro esclarecer e até livrar o novo Presidente... Só para completar, Senhor Presidente, 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Esta Presidência defere.

O SR. ALGACI TÚLIO - Para livrar até a figura do novo Presidente do Banco do Estado do Paraná de alguma suspeita e que ele venha a segurar o "rabo do foguete". Então, neste sentido nós pedimos à Bancada do PMDB que vote favoravelmente a este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Em votação o requerimento.

O SR. NESTOR BAPTISTA- Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Senhor Presidente, eu serei rápido, haja vista que não há número, inclusive, para prosseguimento da Sessão; mas, no término de suas palavras o Deputado Algaci Túlio, manifestava que o atual Presidente do Banestado, tem que estar isento de qualquer responsabilidade, da Diretoria anterior do Banco do Estado. E eu refuto, porque o Banco do Estado do Paraná teve uma Direção extraordinária com o Presidente João Carlos Finardi e o trabalho continua sendo dos melhores da atualidade.

O requerimento deve ser tão importante para o seu autor que é o Deputado Rafael Greca, que ele sequer se encontra presente nesta Sessão.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem)
Eu quero primeiramente, dizer que a maioria dos requerimentos que passam aqui por esta Casa, nunca o autor está presente; e o Deputado Rafael Greca hoje, enfermo, não compareceu. Ligou e eu estava junto com o Deputado Algaci Túlio, quando ele pediu ao Deputado que fizesse a defesa do seu requerimento. Portanto, não procede a questão levantada pelo Deputado Nestor Baptista.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Em votação o requerimento.

Os Senhores Deputados que aprovam permanecem como estão. Aprovado.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Eu solicito veri-

ficção de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Esta Presidência defere o requerimento do Deputado Nestor Baptista e fará a devida verificação.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Esta Presidência defere, em virtude da evidente falta de presença dos Senhores Deputados neste Plenário e o Senhor 1º Secretário, Deputado Orlando Pessuti, fará a chamada nominal dos Senhores Deputados.
(Faz soar os tímpanos).

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à Chamada Nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PEDRO TONELLI - Pela Ordem- Em virtude de acordo entre as Bancadas presentes, eu atendo ao acordo e retiro a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Esta Presidência em virtude da retirada da chamada nominal e com evidente falta de "quorum", encerra a presente Sessão, deixando o requerimento para ser votado na data de amanhã.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

4.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 74/88.

3.^a DISCUSSÃO - Dos Projetos de Lei nºs 285/87, 324/87, 341/87, 358/87, 360/87, 375/88, 44/88 e do Projeto de Resolução nº 49/87.

2.^a DISCUSSÃO - Dos Projetos de Lei nºs 09/88, 12/88, 17/88, 19/88, 24/88, 27/88.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ANTÔNIO ANNIBELLI, EM SESSÃO DO DIA 09 DE MAIO DE 1988.

O PR-S-4 É NOSSO

Na defesa dos melhores interesses paranaenses, Gazeta do Povo levantou o estandarte de que o PR-S-4 é nosso. Sem querer a paráfrase do movimento nacionalista do "petróleo é nosso", dos idos de 1950,

não desejamos usurpar direitos, ferir interesses ou atingir pretensões de outros estados. O quadro é simples, claro e definitivo: A Petrobrás está perfurando a plataforma marítima nas costas atlânticas do Paraná, tanto que esse poço já recebeu a nomeação técnica de PR-S-4. Procura petróleo na chamada "Bacia de Campos", por sinal, a mais rica das jazidas petrolíferas que possuímos. Tanto é "PR" que o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, organismo que responde, nas suas obrigações, pela definição das demarcações geográficas terrestres e marítimas) considera que o mais novo poço petrolífero se acha em águas territoriais do Paraná.

Alertamos a opinião pública e de nossas autoridades para o fato de que Santa Catarina busca argumentos para contestar essa realidade, tentando, dessa maneira, alterar uma definição processada pelo IBGE e a partir da qual a Petrobrás definiu como "PR" o mencionado poço que, por sinal, apresenta amostras de petróleo de excelente qualidade. O interesse catarinense é de tal ordem que, com o apoio do governador do vizinho estado, já se estruturou comissão que lutará pela modificação estabelecida por esse instituto, a fim de que o poço seja considerado como em águas marítimas de Santa Catarina.

Mas por que toda essa atoarda? Atoar-da, aliás, que levou Álvaro Dias a afirmar, com tranquilidade, que a questão é incontroversa e que esse Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística não modificará os critérios já fixados, isto é, pelos limites estabelecidos, o PR-S-4 é nosso e ponto final. Apesar disso, revelou que nomeará comissão - como o fez Santa Catarina - para "acompanhar e ficar atenta ao problema".

Fiquemos na interrogação, porém.

Afinal de contas, quais as razões dessa celeuma? A resposta é facilíssima. Durante anos, empenhamo-nos, forte e decisivamente, pela tese de que a exploração de valcores energéticos deveriam ter contrapartida. A idéia é, hoje, norma constitucional. Em outras palavras, o petróleo que for extraído da plataforma marítima do Paraná (como é o caso do PR-S-4), renderá "royalties", não somente para nosso estado, mas também para municípios litorâneos.

O conceito da compensação parcial a estados e municípios pela exploração de seus bens energéticos - em sua raiz vamos encontrar, aqui no Paraná, a luta que fizemos em favor dos "royalties", passou, em primeiro turno, como norma na futura Constituição brasileira e deverá, inclusive na segunda rodada dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, ser fixada como princípio da nossa Carta. Se é evidente que a lei complementar, regulamentada-

dara, fará, o analítico, minuciando por-
menorizadamente, as regras a partir do
preceito constitucional, não é menos certo
de que deveremos preparar-nos para uma
formidável luta que São Paulo já está or-
ganizando. Assim, da mesmíssima forma como
alertamos a opinião pública, lideranças
políticas, governo do estado, sobre as
pretensões catarinenses em relação ao PR-
-S-4, queremos, desde já, recordar que o
Paraná perdeu 832 Km2 de suas melhores
terras ricas do setentrião tendo em vista
a construção das usinas de Xavantes, Capi-
vari, Taquaruçu e Rosana, no Rio Paranapa-
nema e de propriedade da CESP (Centrais
Elétricas de São Paulo). Observe-se a im-
pressionante extensão de terras que foi
alagada, ou seja (repetindo-se) 832km2.
Toda a energia dessas quatro hidrelétricas
é encaminhada para o consumo do parque in-
dustrial paulista. E quais as compensações
que vimos tendo? Nenhuma. Muito ao contrá-
rio, essas glebas de terras fertilíssimas
(que Lord Lowatt, fundador de Londrina,
entendia poderem ser exportadas como "adu-
bo"...) não resultarão mais em produtos
agrícolas, em áreas de trabalho em impos-
tos, quer de ICM ou de transmissão, etc.
Haverá um lucro cessante, permanente, que
significa um ato de não contar o Paraná
com recursos financeiros que poderiam pro-
vir da perda desses 832km2 de terras ala-
gadas pelas usinas da CESP.

Tem-se como certo que a Constituinte,
também no segundo turno de votação, consa-
grará o princípio de compensação a estados
e municípios pela exploração de seus valo-
res energéticos. Embora a norma constitu-
cional futura seja clara, - solarmente
clara - existe, nos corredores parlamen-
tares, em Brasília, um movimento sobre o
qual precisamos ficar atentos. Os paulis-
tas - deputado federal José Serra à frente
- pretendem que a lei ordinária, regula-
mentadora do princípio constitucional, es-
tabeleça que a vantagem compensatória se
faça em favor do estado que consome e não
àquele que faz a geração do bem energéti-
co. Ora, os paulistas são os grandes con-
sumidores de energia, como também, a maio-
ria dos estados nordestinos. Com isto, ha-
veria base política e de votos para que,
na futura lei regulamentadora da norma in-
serida na Carta, a compensação ficasse com
os paulistas e unidades federativas do
Nordeste. O Paraná, como Santa Catarina,
Rio Grande do Sul, Minas, Bahia, Rio (ba-
sicamente) são geradores e fornecedores de
energia a não teriam, na coerência desse
movimento dos paulistas, os benefícios
dessa compensação.

Temos levantado a questão do nosso PR-
-S-4. Fazemo-lo, agora, em relação ao
problema energético decorrente de nossos
recursos hídricos. O Paraná já perdeu mui-

to. Muitíssimo, aliás. Se imaginam que
desconhecemos nossos direitos, que nós es-
quecemos de quanto fomos espoliados, de
quanto perdemos e, principalmente, de que
não temos capacidade de resistência e de
luta, estão enganados. A tergiversante ma-
lícia dos bastidores políticos não nos en-
contrará dormindo em berço esplêndido...

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CA-
SA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR.
DEPUTADO VALDERI MENDES VILELA,
EM SESSÃO DO DIA 09 DE MAIO DE 1988

"A URP NÃO VAI ACABAR.
QUEM GARANTE É O SARNEY

"O Estado do PR"

A POLÍTICA SALARIAL NÃO CAI SERÁ ALTE-
RADA SEM CONSULTA AOS TRABALHADORES. O
CONGELAMENTO PARA OS SERVIDORES VAI ACABAR
MESMO EM 1º DE JUNHO

(Brasília) O Presidente José Sarney
estabeleceu ontem um acordo com os repre-
sentantes sindicais de São Paulo: a partir
de agora, não tomará nenhuma decisão para
alterar a política salarial sem antes con-
sultá-los. E, como demonstração desse novo
entendimento que deseja com a classe tra-
balhadora, anunciou a manutenção da URP
para os salários pagos pelas empresas pri-
vadas.

Para os trabalhadores das estatais e
órgãos da administração direta e indireta,
o presidente assegurou que o congelamento
da URP será mantido apenas até 1º de ju-
nho, não sendo mais prorrogado, apesar das
dificuldades de caixa da União. Os sindi-
calistas se reuniram com o presidente no
Palácio do Planalto durante 45 minutos, a
partir das 09h 30, consideraram a promessa
um acordo formal, embora não tivessem ne-
nhum documento assinado como garantia.
"Foi um acordo de cinco presidentes",
afirmou Luiz Antônio de Medeiros, do Sin-
dicato dos Metalúrgicos de São Paulo,
apoiado pelos presidentes dos sindicatos
dos Eletricitários de São Paulo, Rogério
Magri, dos Metalúrgicos de Osasco, Cláudio
Camargo Cre; e Metalúrgicos de Guarulhos,
Francisco Cardoso Filho. Do lado do pre-
sidente José Sarney, sentaram à mesa os
ministros Ronaldo Costa Couto, do Gabinete
Civil; Mailson da Nóbrega, da Fazenda e
João Batista Abreu, do Planejamento.

"Os sindicalistas conquistaram um lu-
gar na mesa de decisão do presidente",
afirmou o porta-voz do Planalto, Carlos
Henrique Santos, enquanto Medeiros comple-
tava que na verdade estavam ocupando um
espaço originalmente oferecido às centrais
sindicais. "Por incompetência elas não
quiseram"- afirmou. Rogério Magri, dos

Eletricitários, acusou o presidente da Central Única dos Trabalhadores - CUT, Jair Meneguelli, de fechar as portas para o entendimento, através de críticas pessoais ao Presidente da República.

Os sindicalistas, no entanto, não conseguiram convencer o Presidente José Sarney e os Ministros da Fazenda e do Planejamento a repor as perdas salariais dos funcionários das estatais antes da data-base. Magri propôs uma fórmula de reposição parcial a partir de julho, mas o presidente lembrou já existir uma decisão a respeito, que têm como parâmetro as dificuldades orçamentárias do governo federal.

Medeiros enumerou outras conquistas da reunião, como a garantia do governo dedicar os recursos do Fundo de Garantia - FGTS, exclusivamente para construção de moradias populares, além de estudar um abono para o trabalhador de baixa renda compensar o aumento do preço do pão. O governo continuou inflexível quanto à proposta de continuar subsidiando o trigo.

Segundo Medeiros, Sarney não apresentou nenhum documento oficial sobre o fim da URP para todas as categorias. O porta-voz Carlos Henrique explicou, por sua vez, que o ministro Mafson da Nóbrega entregou ao Presidente, na reunião da Granja do Torto anteontem, um parecer, cujo conteúdo desconhece, mas, confirmou, traz considerações técnicas dos assessores econômicos do Ministério da Fazenda sobre mudanças na política salarial. Para Medeiros, porém, o que equivale agora é a palavra do presidente Sarney, não importando o que falem os ministros e outros auxiliares do governo.

O presidente Sarney comunicou que só admite a livre negociação do pagamento da URP se a inflação atingir níveis baixíssimos. Na opinião de Medeiros, se o governo retirasse a URP agora, não restaria outra alternativa para os trabalhadores a não ser a greve geral, que nesse caso apoiaria. A palavra greve, contudo, não foi colocada como uma ameaça, conforme frisou. Rogério Magri, por exemplo, deu garantia ao presidente de que os eletricitários de Furnas não cruzarão os braços, apesar do congelamento da URP. Segundo ele, como existem condições de negociar, é preferível esse caminho ao confronto direto."

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO VALDERI MENDES VILELA, COM APOIAMENTO DO SR. DEPUTADO ALGACI TÚLIO, EM SESSÃO DO DIA 09 DE MAIO DE 1988.

"O Deputado Paulino Delazeri age como Judas: primeiro, atraiçoa seu Mestre; depois joga 30 dinheiros nos pés do centurião".

(Do Deputado Estadual Rafael Greca (PDT), que votou pela extinção da URP aos servidores estaduais e depois devolveu parte do seu salário na Assembleia Legislativa.)

"PAÍS DA ANGÚSTIA

Renato Schaitza

O distinto sabe como se diz dinheiro em finlandês? Kakaao. Veja só. Uma coincidência com nosso popularesco (e escasso) ocaao. Tirando isso, nada mais é igual entre Brasil e Finlândia.

Dez graus negativos, esta é a temperatura agora em Helsinque. Lá está meu filho Erich, a convite da Universidade finlandesa, para participar de um projeto de pesquisa como engenheiro florestal. Está aquecido em sua rukka, no encaval polar que ganhou ao chegar. E de coração morno e tranquilo, após ver que a sua remuneração em dólares, para os quatro meses de estadia, será ainda maior do que esperava. Foi alojado numa casa agradável, a dez minutos da Universidade, e surpreendeu-se com a modernidade do país. É tudo automatizado, mais do que na Alemanha ou Holanda, onde também estagiou.

Pois é. O frio é brado, a primavera não chegou naquela região quase polar. Mas o nosso menino está lá, sendo mimado por um povo evoluído, que detém a melhor tecnologia madeireira do planeta. No bolso, o tilintar alegre do estável dolar.

Que contraste! Há pouco mais de um mês pedia demissão do cargo de engenheiro florestal do ITCF porque o salário (Cz\$ 17 mil) era incompatível com esse ato simples chamado sobreviver.

Vai, juventude talentosa, vai. Em terra de cego, quem tem um olho se arranca.

Leio nos jornais a história egragada, não fosse dramática, do brasileiro que se fechou com um tigre na jaula, exigindo que lhe conseguissem um visto de permanência nos Estados Unidos.

Melhor ser comido por um tigre que viver no Brasil. Deve ter sido o primeiro sequestro de tigre da história. Novamente um brasileiro comete um feito inédito.

Já abordei este assunto da revoadada de brasileiros, para qualquer país que os aceite. Vários amigos vieram a mim para manifestar também seu espanto e preocupação:

- imagine, meu filho também está querendo ir embora!

Quem disse isso é uma das pessoas mais

ricas da cidade. Argumentou esse fato com o filho, ouviu:

- Pois é, pai. Mas o dinheiro não é tudo. Eu lhe pergunto: qual é a oportunidade de evolução profissional que eu tenho aqui?

Um médico amigo chegou ainda mais comovido:

- Sabe o que meu filho fez? Pediu que eu lhe antecipasse a herança para ele poder ir morar na Europa!

- Que foi que você respondeu? - perguntei.

- Eu lhe disse: filho, herança é uma coisa que se recebe quando a pessoa morre. Eu não estou morto. Você queria que o pai morresse?

Ele me contou isso com os olhos cheios de lágrimas.

Outro dia estive em Curitiba o Jornalista Almir de Lara, que hoje vive em Madrid, como representante de agências de turismo:

- Eu madei minha cabeça, vivo com paz interior.

Explicou porque. Consegue organizar e planejar a própria vida. A inflação espanhola é de 6% ao ano - haja inveja. Disse o Almir que conseguiu comprar carro a prazo, alugar casa, definir toda a sua nova atividade, sem a menor preocupação:

- Não tinha dinheiro para comprar um sobretudo inglês lindo que cobicei. Três meses depois passei pela mesma loja, estava lá o sobretudo, desafiante. Como agora tinha o dinheiro, entrei e comprei. Pelo mesmíssimo preço de três meses atrás! Isso dá uma tranquilidade, você nem imagina...

Não imagino mesmo, mas percebo aqui a nossa angústia. Estou numa fase da vida que, se falta dinheiro, saio e ganho mais. Não é consolo nenhum: tem razão o Almir. Ninguém mais está conseguindo organizar a vida com paz de espírito.

Tem jeito este Brasil? Dias atrás, aqui na redação, ouvi do Paulo Pimentel uma opinião interessante:

- A coisa só dará certo no dia em que empresários e trabalhadores se unirem contra o governo!

Pode ser verdade. Os setores produtivos exigindo que o setor improdutivo se moralize e pare de sacrificar a Nação. Lula e Mário Amato. CUT e FIESP - todos numa só força, exigindo que o governo tenha tal ou qual comportamento, ou a produção pára.

Utopia? Será que já não estamos numa situação preambular dessa união nacional para gritar basta?

A esperança de que as coisas se arrumem pelo lado político é cada vez menor. O aceno é de tempos duros, com descrença. Chega uma hora, nem eleição ajeita.

É preciso alguma velocidade. Ou logo seremos um país de velhos e crianças. A juventude esperta, foi-se. Quer viver em paz."

"REAJUSTES E PLANO CRUZADO

Ano 37. A edição de decretos-leis no governo federal, de resoluções no Congresso Nacional e de decretos nos Estados e municípios, reajustando retroativamente os preços de obras e serviços que tinham preços fixos na vigência do Plano Cruzado, está virando uma guerra a pedradas. Os que atiram pedras as recebem de volta porque muitos dos que acusam praticaram atos semelhantes aos dos acusados. É o caso do governo federal, apontado por haver praticado tais atos como responsável por um largo prejuízo à União e que agora demonstra, através do Consultor Geral da República, Saulo Ramos, que também o Senado Federal, por ato de sua mesa, firmado inclusive pelo Presidente da CPI da Corrupção, Senador José Ignácio (PMDB-ES), reajustou contratos com seus fornecedores. Devolveu as pedradas.

Revela-se ainda que, nos Estados, governadores fizeram a mesma coisa, inclusive alguns dos autênticos do PMDB, como é o caso do da Bahia, Waldir Pires.

No Paraná, o solitário e barulhento deputado estadual do PT, Pedro Tonelli, acusa o ex-governador João Elísio de haver decretado reajustes com efeito retroativo e ainda atira pedras no atual chefe do Poder Executivo, Álvaro Dias, apontando-o como autor de atos semelhantes. Ausente o Governador, o secretário dos Transportes, Heinz Georg Herwig, desmente peremptoriamente a acusação, em nota contundente, se bem que pouco explicativa.

Evidentemente que se esperam do governo do Estado melhores explicações mostrando ser verdadeiramente uma confusão, um equívoco de Tonelli, denunciar decretos de reajustes retroativos quando o Poder Executivo afirma que nada disto fez.

Há, nessa guerra a pedradas em que parecia que quase todo mundo tem telhado de vidro, algo que intriga. Se praticamente todos os chefes de poderes executivos do País agirem da mesma forma, mandando reajustar contratos, mesmo sem efeito retroativo, porque estavam com valores fixos, congelados, durante o Plano Cruzado, certamente não os moveu única e exclusivamente o desejo de dar prejuízos aos cofres públicos. Outras razões devem ter influído para que, por seus atos, admitissem esses

reajustes, aumentando a despesa pública.

Há, sem dúvida, matéria legal a ser considerada. Deve-se investigar a legalidade desses decretos-leis, decretos e resoluções, o que aliás aqui já recomendamos quando o assunto foi levantado na CPI da Corrupção, organismo incompetente para fazê-lo, pois é assunto da alçada do Judiciário.

Importante, entretanto, que se verifique as razões de ordem econômico-financeira que levaram o Presidente da República, Governadores e Prefeitos a rever contratos de obras e fornecimento.

O Plano Cruzado não está na nossa memória. Suas consequências ainda pesam nos bolsos dos cidadãos e nas empresas públicas e privadas.

Foi um plano artificial que tentou acabar com a inflação por decreto e entrou em coma quando o ágio e a falta de mercadorias o pôs a nocaute. Morreu quando novos pacotes vieram desacreditá-lo totalmente e já se assistia a uma verdadeira desobediência civil, ninguém mais seguindo as normas de congelamento - porque estavam no papel mas eram impraticáveis.

O cidadão comum tinha a carne congelada, mas não tinha carne. O azeite com preços fixos, mas que não aparecia. O arroz e o feijão a preços módicos, só que não existia nas prateleiras dos supermercados.

O ágio foi, em muitos casos, a arma do especulador, mas não raro apenas o reajuste ilegal, porém inevitável, para que o fornecimento da mercadoria pudesse manter-se.

Ao que tudo indica o mesmo aconteceu com os governos, como consumidores de bens e serviços fornecidos pelas empresas privadas. Os reajustes foram os ágios postos no papel em decretos, que substituíram o não fornecimento de bens e serviços ou a quebra dos fornecedores.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ARTAGÃO MATTOS LEÃO EM SESSÃO DO DIA 09 DE MAIO DE 1988.

QUEM VIGIA, AJUDA

Renato Schaitza.

Não duvido, não
há um corrupto,
neste coração.

Lá em casa, Dona Catarina não é empregada. Digamos que é a pessoa da família encarregada dos serviços domésticos, nos últimos 40 anos, o que lhe dá muita autoridade.

Era meu hábito trazer dinheiro grande para casa, largar em qualquer lugar, até

que um dia, tomei o pito:

Olha, você sabe que eu ganho pouco. É larga essa dinheirada por aí, de qualquer jeito. Não faça mais isso. Cada vez que vejo tanto dinheiro, sempre surge uma tentação. É uma maldade que você comete comigo.

Sabedoria é coisa que se aprende aos poucos, surge de onde menos se espera. Aprendi com minha amiga Catarina que não se deve tentar as pessoas, ampliando o conceito de que a ocasião faz o ladrão. Hoje cuido melhor dos meus dinheiros, embora agora - que droga! - andem tão escassos.

Vejam a barbaridade.

Corrupção na Universidade Estadual de Londrina. Maltrato de dinheiros públicos numa instituição acima da menor suspeita porque incumbida, exatamente, de formar o caráter dos jovens, ensinar os mais altos valores da condição humana.

Do jeito que vão as coisas, na área da honestidade, a única notícia surpreendente que se poderá divulgar, será quando um bebê roubar a medalhinha de ouro, ainda no berçário.

A questão entre o governo do Estado e a UEL (apontada como "sparing" na luta com todas as demais Universidades e Faculdades Estaduais), é um exemplo de que ninguém deve ser absolutamente livre em manusear dinheiros que não lhe pertencem. É maldade abrir essa liberdade, como ensinou dona Catarina. Essas instituições são mantidas com verbas públicas. O governo é a instituição delegada pelo povo para cuidar dos seus dinheiros. E ele próprio (teoricamente) é também fiscalizado por organismos muito custosos (e como) a Assembléia Legislativa e o Tribunal de Contas.

Invocando de boca cheia um pressuposto do bom ensino, a autonomia universitária, essas instituições distorcem o conceito, invocando o direito de usar e abusar, gastar como quiserem, o parco dinheiro da gente paranaense. E vinha sendo assim já há bom tempo, o que resultou em empreguismo no quadro do magistério (excesso de professores em relação ao número de alunos) e na auto-estipulação de vencimentos relativamente altos para esses professores.

Fora o resto de irregularidades, coisa triste de que nem é bom falar. O menos necessário é que se ensine corrupção.

Vamos a um exemplo prático. Dou ao meu filho autonomia para que faça suas refeições fora, mande a conta para o pai. Isso não autoriza que se empanturre de caviar e champagne, festeje com seus amigos, e exija continuar desfrutando luxos com orçamento esticado como o meu.

O fato de lhe retirar os excessos, de-

terminando que se limite a um cardápio frugal e sadio, não significa que cancelei sua autonomia de comer fora. Dentro da limitação de normalidade, vá onde quiser, coma o que apetecer.

Para as Universidades a autonomia deve ser pedagógica e administrativa, mas dentro do orçamento bitolado pela capacidade do erário. Ninguém pode tudo. Mesmo o Governador em seu gabinete, tem limites e destinações específicas para os seus gastos. Pensar diferente, como insistem essas instituições, é uma forma de arrogância. Os controles exercidos por quem de direito, não humilham. São até bondade, em não deixar emergir as cobiças que todos nós levamos escondidinhas no coração.

As escolas superiores se insurgem contra a criação de um Conselho das Universidades, mobilizando professores e alunos para manter o que nosso governador qualifica de anarquismo. Um órgão normativo e fiscalizador não ofende, evidentemente tem por objetivo, aprimorar o ensino universitário. Da mesma forma que o Tribunal de Contas não foi inventado para pegar no pé do Executivo, mas demonstrar à opinião pública que as administrações são honestas e gerem bem o dinheiro de todos.

A comunidade das universidades estaduais, está mal postada. Deve perceber que antes de alunos ou professores, é composta de cidadãos. Os deveres da cidadania se antepõem ao corporativismo. Quanto maiores os controles de verbas públicas, melhor. Quanto mais rendam os benefícios de recursos parcos, mais satisfeitos os contribuintes ficam.

A revelação de irregularidades da UEL (levantadas por uma sindicância do Tribunal de Contas), é chocante! Está mesmo agitando o nosso mar de lama. Os respingos já atingem a borla e o capelo.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO BASÍLIO ZANUSSO, EM SESSÃO DO DIA 09 DE MAIO DE 1988.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - CNPP

Brasília, 09 de março de 1988.

Excelentíssimo Senhor

Deputado BASÍLIO ZANUSSO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Ref.: "1. Semana da Micro e Pequena Empresa de Maringá.

Excelentíssimo Senhor:

Para sua apreciação, compreensão e apoio, respeitosamente exponho o que segue:

Por iniciativa da MICROMAR - Associação de Micro e Pequenas Empresas de Maringá e Região, micro e pequenos empresários maringenses se reuniram de 22 a 28 de fevereiro corrente na cidade de Maringá, PR, para em conjunto, estudar os graves problemas enfrentados pelo segmento e a tomada de medidas, não só para solucioná-los como também que venham a permitir o desenvolvimento seguro e harmonioso das micro e pequenas empresas, nos Municípios e nos Estados.

Desse encontro, extraíram-se as principais recomendações para ação do segmento, e foi solicitado a esta Confederação Nacional das Empresas de Pequeno Porte que se encampe, repassando-se às autoridades competentes, em forma de reivindicações, o que fazemos pela presente.

Assim sendo, solicito a Vossa Excelência, a análise do documento em anexo, que contém as recomendações/reivindicações dos micro e pequenos empresários, e as providências que estiverem ao seu alcance.

(a) Atenciosamente

ERCÍLIO SANTINONI

Presidente

Confederação Nacional das
Empresas de Pequeno Porte

1ª SEMANA DA MICRO E PEQUENA EMPRESA DE MARINGÁ

Os participantes da "1ª Semana da Micro e Pequena Empresa de Maringá", promovida pela Associação de Micro e Pequenas Empresas de Maringá e região - MICROMAR, de 22 a 28 de fevereiro de 1988, nesta cidade de Maringá, como principais recomendações extraídas dos debates e intercâmbios mantidos, formulam as seguintes:

1 - No âmbito nacional, é necessária a união e a coesão de todas as associações e federações de micro e pequenas empresas, para que, juntamente com a Confederação Nacional das Empresas de Pequeno Porte e sob sua inspiração, se propugne por:

a) Uma imediata revolução econômico-institucional, que possibilite ao Governo da Nação transferir aos Estados da Federação, e estes setorialmente aos Municípios, os direitos e deveres atinentes ao segmento microempresarial, que hoje são monopolizados e inabilmente geridos pelo Governo Federal.

b) Correção "pro-rata temporis" das dívidas contraídas pelas microempresas durante o "Plano Cruzado", e não 70, 89 por cento que é a variação da OTN de fevereiro de 1986 a março de 1987, e a prorrogação por meses da carência das dívidas refinanciadas pelas Resoluções BACEN 1335 e 1337.

c) Redução da alíquotas do IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados - para gêneros alimentícios de necessidade básica, com vistas à melhoria da qualidade de vida da população e à ativação de mer-

cado interno, através do aumento do consumo e conseqüente aumento de produtividade.

d) A criação de mecanismos que facilitem o intercâmbio comercial com microempresas do exterior, descentralizando e desburocratizando os órgãos auxiliares à exportação e importação, permitindo serviços de assessoria mais próxima e originando agilização da comercialização.

e) Abatimento integral, na guia de contribuição previdenciária das despesas efetuadas pela microempresa com o "vale-transporte", uma vez que a mesma é isenta do Imposto de Renda, e face a isso está sendo penalizada em comparação com a grande empresa.

f) Incremento e sistematização de compras, por parte do Governo Federal, de produtos de micro e pequena empresa.

2) No âmbito estadual, através de alterações nas Leis n. 8084/85 e 8552/87, recomenda-se propugnar por:

a) enquadramento como microempresa de todas as empresas com faturamento bruto anual de até 10.000 OTNs, porém considerando-se o valor dessas obrigações mês a mês, e não a OTN de janeiro, a exemplo do Decreto Presidencial 95.184 de 10.11.87 e da Complementar 57 de 18.12.87.

b) Consideração da empresa como microempresa a partir da data do protocolo do requerimento junto à Delegacia Regional da Receita.

c) Que a microempresa seja desenquadrada somente se ultrapassar o limite de faturamento em 2 exercícios consecutivos ou em 3 alternados, a exemplo da Legislação Federal.

d) Redução da margem estimativa de lucro, para efeito de cálculos da receita bruta, de 30 por cento para 20 por cento para o comércio, e de 30 por cento para 10 por cento para a indústria.

e) Instituição do crédito presumido de ICM nas compras efetuadas à microempresa.

f) Extensão da isenção do ICM da microempresa às operações interestaduais.

g) Distribuição de material normativo e explicativo (cartilhas) aos delegados da Receita Estadual, aos contadores e aos microempresários, sobre a legislação que rege o enquadramento e a fiscalização da microempresa.

h) Apoio do Governo Estadual às reivindicações das microempresas junto ao Governo Federal, quanto à adoção de OTN "pro-rata-temporis" na correção das dívidas contraídas durante o "Plano Cruzado" com o BADEP/BRDE/BNDES, e quanto à prorrogação, pelo prazo de 12 meses, da carência das dívidas refinanciadas pela micro e pequena empresa através das Resoluções 1335 e 1337/87 do Banco Central, durante o qual as dívidas continuarão a ser corrigidas com 45 por cento da variação da LBC e ju-

ros de 0,5 por cento ao mês, além de continuar a amortização de 3 por cento do valor original da dívida mensalmente.

3 - No âmbito municipal, considerando-se que um dos obstáculos que a microempresa maringense encontra para seu desenvolvimento pleno é a frieza e a falta de apoio com que o segmento é tratado pelo Poder Municipal, recomenda-se propugnar por:

a) Uma maior aproximação com o Poder Municipal, na tentativa de sensibilizá-lo para que compreenda a importância sócio-econômica da microempresa para o Município, para que preste seu apoio até os limites do possível e para que, sempre que necessário, apóie junto aos governos estadual e federal as reivindicações do segmento.

b) Alteração da Lei 1893/85 em seu Art. 1º, isentando de ISSQN as empresas cuja receita bruta anual seja inferior a 5.000 OTNs, apurada segundo o valor unitário dessas obrigações mês a mês. Cabe ressaltar, para efeitos comparativos, que hoje em Maringá, essa isenção é para até 280 OTNs, quantia irrisória que não beneficia a nenhuma microempresa, tanto que nenhuma delas é cadastrada, enquanto em municípios como Curitiba, Cambé, Ponta Grossa, Ibiçara e dezenas de outros, a isenção é para até 5.000 OTNs.

c) Isenção de taxa de licença de funcionamento (alvará) para a microempresa que se enquadrar.

d) Criação de condomínios industriais horizontais, com legislação específica para a microempresa enquadrada a nível federal, que permita o aproveitamento máximo e racional do terreno, e que possibilite construção a baixo custo, a exemplo de projeto aprovado em São José dos Pinhais, PR.

e) Estímulo e co-participação em eventos promocionais, como feiras e exposições, locais, nacionais e internacionais, que tenham como objetivo a comercialização de produtos de micro e pequenas empresas maringenses.

f) Criação, em co-participação com a MICROMAR, inclusive financeiramente, de um programa de valorização do produto da microempresa de Maringá, a nível nacional, cuja divulgação tenha por objetivo também a promoção da própria cidade, em seus aspectos turísticos, comerciais, humanos, etc.

g) Criação e implantação de um programa de valorização do trabalhador maringense, em co-participação com a MICROMAR, inclusive financeiramente, possibilitando cursos, treinamentos e estágios.

4 - No âmbito dos empresários e associações de classe, recomenda-se propugnar por:

a) Criação de grupos de trabalho no Município, compostos por empresários, representantes de associações (associação de microempresas, associação industrial e comercial, CDL, Universidade, etc.) com objetivo de: 1 - Periodicamente levantar informações e problemas enfrentados pelas empresas; 2 - Estudar possíveis soluções e encontrar meios de viabilizá-las junto às autoridades competentes.

b) Que qualquer microempresário que se esteja voltando para um novo ramo de atividade, ou pessoas que queiram implantar microempresas, não o façam sem consultar entidades como, no caso, em Maringá, o CEAG/PR ou a MICROMAR, visando obter informações gerenciais e mercadológicas.

c) Criação de uma mentalidade corporativista, buscando-se o aperfeiçoamento e fortalecimento das entidades de classe, possibilitando maiores condições de atuação e reivindicação, através da implantação de centrais de compra e de vendas para os mercados interno e externo.

d) Criação de empresas de caráter comunitário, com a união de pequenos capitais e com a utilização de matéria-prima e mão-de-obra locais e absorção de tecnologia.

e) A busca constante, através de pesquisas, de novas oportunidades de negócios, criação de novos produtos e abertura de novos mercados.

Maringá, PR, 26 de fevereiro de 1988.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

2.^a Sessão Legislativa - 11.^a Legislatura
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos nove dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e oitenta e oito, na Sala das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas lideranças para comporem a Comissão de Agricultura com o fim específico de proceder sua instalação e respectiva eleição para Presidente e Vice-Presidente, presidida na forma regimental pelo Senhor Deputado Antônio Costenaro Neto, verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou instalada a Comissão, anunciando em seguida a realização das eleições para Presidente e Vice-Presidente. Procedido o sufrágio, constatou-se a unanimidade de votos nos nomes dos Deputados SABINO CAMPOS e DIRCEU MANFRINATO, para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual foi eleito, o Deputado SABINO CAMPOS, agradeceu a confiança nele depositada, prometendo tudo fazer para não desmerecer a deferência de seus nobres Pares. O Senhor Presidente após determinar que as reuniões da Comissão ficarão condicionadas a existência de matéria, convidou o funcionário Rubens Bremer, para exercer as funções de Secretário. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu Rubens Bremer, lavrei a presente Ata, a qual lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(a) Deputado SABINO CAMPOS
Presidente
Rubens Bremer
Secretário